



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 128/129

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 10 DE OUTUBRO DE 2007

ANO XXXII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS Presidente - Democrata		
ANTONIO ANIBELLI 1º Vice-Presidente - PMDB	AUGUSTINHO ZUCCHI 2º Vice-Presidente - PDT	FELIPE LUCAS 3º Vice-Presidente - PPS
ALEXANDRE CURI 1º Secretário - PMDB	LUCIANA RAFAGNIN 2ª Secretária - PT	LUIZ ACCORSI 3º Secretário - PSDB
CIDA BORGHETTI 4ª Secretária - PP	CHICO NOROESTE 5º Secretário - PL	
ABIB MIGUEL Diretor Geral		

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Luiz Claudio Romanelli</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PMDB</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PSDB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>Democratas</i>	<i>Plauto Miró</i>
<i>PT</i>	<i>Elton Welter</i>
<i>PP</i>	<i>Duílio Genari</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PTB</i>	<i>Fábio Camargo</i>
<i>Bloco PPS/PMN</i>	<i>Dr. Batista</i>
<i>Bloco PSB/PR/PRB/PV</i>	<i>Reni Pereira</i>

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Malucelli - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 03: Carlos Simões - Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

S U M Á R I O S

DIÁRIO Nº 128

115ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 03

Presenças 03

Abertura da Sessão 04

Expediente:

Mensagens 04

Ofícios..... 06

Indicações 06

Requerimentos 07

Projeto de Resolução 09

Projetos de Lei 10

Pequeno Expediente:

Dep. Marcelo Rangel 11

Dep. Professor Luizão..... 11

Dep. Antonio Belinati 14

Grande Expediente:

Dep. Geraldo Cartário 15

Horário das Lideranças:

Liderança do PT

Dep. Professor Luizão 12

Liderança do PTB

Dep. Jocelito Canto 21

Liderança do Bloco PSB/PR/PRB/PV

Dep. Rosane Ferreira..... 22

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 24

Discussão/Votação

Redação Final 24

2ª Discussão 25

1ª Discussão 25

Requerimentos 28

Encerramento da Sessão 28

Publicações:

Comissão Executiva

Atos 28

DIÁRIO Nº 129

116ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva.....37

Presenças.....37

Abertura da Sessão37

Ordem do Dia:

Discussão/Votação

Redação Final37

2ª Discussão37

1ª Discussão37

Encerramento da Sessão41

Publicações:

Comissão Executiva

Atos.....41

Diretoria Geral

Portaria.....46

Ata de Comissão

Direitos Humanos e Cidadania ..47

Publicações Administrativas:

Solicitação de Pensão47

S U M Á R I O

DIÁRIO Nº 128

115ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva.....03

Presenças.....03

Abertura da Sessão04

Expediente:

Mensagens04

Ofícios06

Indicações06

Requerimentos07

Projeto de Resolução09

Projetos de Lei10

Pequeno Expediente:

Dep. Marcelo Rangel.....11

Dep. Professor Luizão11

Dep. Antonio Belinati.....14

Grande Expediente:

Dep. Geraldo Cartário 15

Horário das Lideranças:

Liderança do PT

Dep. Professor Luizão 12

Liderança do PTB

Dep. Jocelito Canto 21

Liderança do Bloco PSB/PR/PRB/PV

Dep. Rosane Ferreira..... 22

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 24

Discussão/Votação

Redação Final..... 24

2ª Discussão 25

1ª Discussão 25

Requerimentos..... 28

Encerramento da Sessão 28

Publicações:

Comissão Executiva

Atos 28

DIÁRIO Nº 128

115ª SESSÃO ORDINÁRIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 115ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 10 DE OUTUBRO DE 2007

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelos Srs. Deputados Professor Luizão e Antonio Belinati.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Alexandre Curi, Antonio Belinati, Beti Pavin, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Ribas Carli Filho, Francisco Bühner, Geraldo Cartário, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Malucelli, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Pastor Edson Praczyk, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (27).

Ausentes os Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Artagão Júnior, Caíto Quintana, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Fábio Camargo, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Mauro Moraes, Mamede, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Osmar Bertoldi e Reni Pereira (20).

Ausentes com justificativas os Srs. Deputados:

Felipe Lucas, Cida Borghetti, Carlos Simões, Edgar Bueno, Ney Leprevost, Pedro Ivo e Teruo Kato (07).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Mensagens

MENSAGEM Nº 047/07

Curitiba, 08 de outubro de 2007.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para apreciação dessa Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externa até o equivalente, em reais, a US\$ 10.000.000,00 (dez milhões de dólares norte-americanos), junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, para financiamento do Programa de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais no Estado do Paraná - PRÓ-APL.

O valor global estimado do Programa é de US\$ 16.670.000,00 (dezesseis milhões, seiscentos e setenta mil dólares norte-americanos), sendo que a contrapartida local perfaz US\$ 6.670.000,00 e será aportada pelo Governo do Estado, com uma participação da ordem de US\$ 1.000.000,00, pelo Sistema FIEP, com US\$ 2.835.000,00 e pelo SEBRAE-PR, com outros US\$ 2.835.000,00. Ressalte-se que se trata do primeiro Programa voltado ao desenvolvimento de arranjos produtivos, no Brasil, cuja participação financeira de iniciativa privada para composição de contrapartida foi aceita pelo BID.

O anteprojeto de lei que ora encaminho tem como objetivo maior a minimização dos efeitos sociais provocados pelo desequilíbrio regional no Paraná, resultante da concentração dos investimentos industriais de grande monta na região metropolitana de Curitiba e em outros poucos núcleos urbanos. Em oposição a esse fato, constatase que a estrutura empresarial-industrial do estado,

considerando o número de empregados como fator de classificação do porte das empresas, aponta que: 93,8% são consideradas microempresas (0 a 19 empregados), 5,1%, pequenas empresas (20 a 99); 0,9%, medianas (100 a 499); e 0,2% constituem grandes empresas, (500 ou mais trabalhadores). Pelo critério de faturamento, 62% dos estabelecimentos estão enquadrados como micros ou pequenas empresas, com faturamento menor que R\$ 150.000,00 ao ano.

No Paraná, o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES identificou 114 aglomerações industriais com características de Arranjos Produtivos Locais, apresentando maior ou menor grau de estruturação. O número de pessoas empregadas nesses agrupamentos, segundo a Relação Anual de Informações Sociais - RAIS (2003), corresponde a 35% do número total do setor industrial do estado. Esse contingente de paranaenses está presente em todas as regiões, convergindo, portanto, com a política de desenvolvimento definida no nosso Plano de Governo, o qual preconiza uma distribuição mais equilibrada da riqueza.

O desenho do programa, definindo como principal intervenção a melhoria de competitividade das micros, pequenas e médias empresas, prevê para um primeiro momento a realização de um estudo junto aos APLs, capaz de identificar as ações prioritárias a serem apoiadas, as quais deverão convergir para as seguintes áreas: meio-ambiente e desenvolvimento social; fortalecimento das governanças locais, gestão e administração dos APLs; capacitação e assessoria empresarial; tecnologia industrial básica e inovação tecnológica e empresarial; comercialização, prospecção de mercados e exportações; e a preparação dos planos de melhorias de competitividade.

As ações ambientais e de desenvolvimento social incrementarão o esforço que vem sendo desenvolvido pelo Governo do Estado, junto com a iniciativa privada, com vistas ao cumprimento das legislações federal e estadual, no que concerne ao: licenciamento das atividades produtivas, instalações de sistema de tratamento e disposição de efluentes, emissões e disposições de resíduos sólidos, controle de ruídos, entre outros, e ainda, no setor social, o atendimento às legislações trabalhistas.

Para a área de tecnologia básica, o Programa prevê a implantação de laboratórios de pesquisa e de desenvolvimento junto às universidades estaduais e a criação de centros de apoio e prestação de serviços para micro, pequenas e médias empresas dos APLs, fortalecendo a relação daquelas instituições com a comunidade local.

As demais ações de melhoria da competitividade estarão a cargo do SEBRAE-PR e do Sistema FIEP.

Nove aglomerações industriais identificadas e mapeadas pelo IPARDES participarão do Programa de forma direta. Essas intervenções, no entanto, permitirão o desenvolvimento de informações, metodologias e estratégias que serão replicadas para todos os demais APLs,

resultando, assim, em um amplo alcance econômico, ambiental e social para toda a população paranaense.

O cronograma de execução do Programa será de quatro anos, com previsão de início para o primeiro semestre de 2008, ficando na sua coordenação a Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral - SEPL.

Esclareço, por oportuno, que essa operação de crédito está prevista no Termo de Entendimento Técnico celebrado entre o Governo estadual e a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), constante do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado do Paraná para o período de 2006 a 2008, como complemento ao Contrato de Renegociação da Dívida do Estado com a União.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operação de crédito externo até o montante de US\$ 10.000.000,00 (dez milhões de dólares norte-americanos), junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, para financiamento do Programa de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais no Estado do Paraná - Pró APL.

Parágrafo Único. Os prazos de carência e amortização, a taxa de juros e demais encargos adicionais referentes à operação de crédito autorizada por este artigo, obedecerão as normas estabelecidas pelas autoridades monetárias encarregadas pela política econômica financeira da União, observadas as condições propostas pelo Agente Financeiro.

Art. 2º A Operação de Crédito será garantida pela República Federativa do Brasil.

Parágrafo Único. Para obter garantia da União na operação de crédito que trata esta Lei, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer contragarantias às garantias da União, podendo, para tanto, vincular as cotas de repartição constitucional das receitas estabelecidas nos artigos 157 e 159, ou outras garantias em direito admitidas, até o montante de que trata o artigo 1º desta lei.

Art. 3º Deverão ser consignadas dotações próprias no Orçamento Geral do Estado para o pagamento do serviço da dívida decorrente da operação de crédito autorizada por esta lei.

Art. 4º Fica ainda o Poder Executivo autorizado a:

I - firmar acordos, convênios e contratos necessários à implementação do referido Programa;

II - abrir créditos adicionais respectivos, até o valor da operação contratada, inclusive sua contrapartida, utilizando como recurso as formas previstas no parágrafo primeiro, do artigo 43 da Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1964, para atendimento das despesas do Programa.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 048/07

Curitiba, 09 de outubro de 2007.

Senhor Presidente:

O Governo do Paraná, seguindo os preceitos da Carta da República Federativa do Brasil de 1988, que estabeleceu como um dos seus fundamentos, a dignidade da pessoa humana, propõe a instituição da Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, entendendo que a alimentação é direito fundamental do ser humano e que vem reforçar o nosso compromisso, já assumido, de preferência pelos mais pobres.

O compromisso do Governo com os mais pobres, é de conhecimento de toda a gente do Paraná, mas a instituição da Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, está inserida em uma perspectiva ainda maior, qual seja, a construção de uma sociedade justa e solidária.

Entende o Governo do Paraná que a sociedade justa e solidária se constrói da soma de ações do Poder Público e da sociedade civil organizada, pois assegurar alimentação aos que mais necessitam, passa pelo justo reconhecimento da força de trabalho do agricultor, que produz o alimento.

Assim, garantir condições para o agricultor produzir o alimento, é um dos compromissos do Governo para instituir a Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, no âmbito do Paraná, bem como reforçar os programas já existentes como a Compra Direta, Hortas Comunitárias e Trator Solidário.

Ressalte-se que a segurança alimentar proposta abrangerá a ampliação das condições de acesso aos alimentos por meio da produção, em especial da agricultura familiar, do processamento, da industrialização, do armazenamento, da distribuição, da comercialização, do consumo de alimentos saudáveis, a utilização de alimentos para fins biológicos nutricionais, incluindo-se a água e as sementes, bem como a geração de empregos e redistribuição da renda, a considerar a função social da terra.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Paraná

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica instituída a Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, no âmbito do Estado do Paraná, com os seguintes objetivos:

I - Estabelecer princípios e diretrizes aos Programas Estaduais de Segurança Alimentar e Nutricional;

II - Estabelecer obrigações e responsabilidades para a administração pública no que se refere à Segurança Alimentar e Nutricional;

III - Assegurar a participação da sociedade civil organizada na formulação de políticas, planos, programas e ações, voltadas para a segurança alimentar e nutricional da população;

Art. 2º A Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional obedecerá aos seguintes princípios:

I - A preservação da autonomia e respeito à dignidade das pessoas;

II - A participação social na formulação, execução, acompanhamento, monitoramento e controle das políticas e dos planos de segurança alimentar e nutricional;

III - A transparência dos programas, das ações e dos recursos, bem como o critério para a sua concessão.

Art. 3º Esta lei será regulamentada por decreto.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

Ofícios

Sob o nº CEE/G 087/07 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando que estará afastado do País no período de 10 a 18 do corrente mês, em viagem a Nova York e Nova Orleans, para tratar de assuntos de cunho técnico e de interesse público. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC nº 336/07 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver sancionado o Projeto de Lei nº 567/07, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Miguel Carlos Riella, o qual convertido em Lei tomou o nº 15659. **Anote-se - Archive-se.**

OFÍCIO Nº 099/07

Curitiba, 10 de outubro de 2007.

O Deputado que subscreve vem, respeitosamente, pelo presente instrumento, justificar sua ausência na sessão deste corrente dia, em virtude de sua participação em reunião do Ministério da Educação a ser realizada em Brasília, Distrito Federal, que tratará da efetivação de convênio de caráter educacional a ser firmado junto aos governos da Polônia e Ucrânia.

Nestes termos, renovo meus sentimentos de estima.

(a) FELIPE LUCAS

OFÍCIO S/N

Curitiba, 10 de outubro de 2007.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, comunica esta Presidência e o plenário desta Casa, o seu ingresso ao PDT - Partido Democrático Trabalhista no dia 05 de outubro, passando a integrar a bancada do Partido na Assembléia Legislativa do Paraná.

(a) GERALDO CARTÁRIO

Indicações

INDICAÇÃO Nº 318/07

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião, ao Secretário da Segurança Pública Luiz Fernando Delazari e ao Secretário de Educação Maurício Requião de Mello e Silva a implantação de um projeto de monitoramento eletrônico através de câmeras de vídeo em todas as escolas da rede estadual de ensino.

Sr. Governador, Srs. Secretários:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de se propor ao Sr. Governador do Estado, ao Secretário da Segurança Pública e ao Secretário da Educação a implantação de um projeto de monitoramento eletrônico através de câmeras de vídeo em todas as escolas da rede estadual de ensino, pelas razões que especifica na justificativa abaixo.

Sala das Sessões, em 10.10.07.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O aumento na criminalidade juvenil, o consumo de bebidas alcoólicas e drogas em escolas tem sido uma realidade constante no cotidiano dos paranaenses e dos brasileiros.

Sabe-se que, se não houver um controle efetivo disso, muitas dessas crianças e adolescentes, num futuro bem próximo, poderão preencher as filas de desempregados e porque não dizer de futuros bandidos.

Por isso é necessário criar um mecanismo que possibilite um maior controle daqueles que freqüentam as escolas com finalidades adversas das tradicionais, que é a busca incessante por aprendizado, cultura e informação.

Com a implantação do projeto de monitoramento eletrônico através de câmeras de vídeo, semelhante àquelas utilizadas na Rua XV de novembro em Curitiba, será possível acompanhar toda a movimentação que ocorrer em frente às escolas estaduais e sucessivamente trazer

mais segurança não somente aos alunos e professores, mas a toda a sociedade.

As imagens seriam transmitidas a uma central de monitoramento instalada nos destacamentos da Polícia Militar, o que proporcionaria as autoridades conhecimento imediato de possíveis delitos que pudessem ocorrer.

Assim sendo evitaria depredação das escolas, coibiria a violência, o consumo de bebidas alcoólicas e o tráfico de drogas.

Isto posto, espero contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

INDICAÇÃO Nº 319/07

SÚMULA:

Indica a necessidade de implantação dos serviços de transmissão de voz e dados pelo sistema ADSL (linha Digital Assimétrica de assinantes) para o Distrito Industrial de Trigolândia e as comunidades de Boa Vista e Campina dos Maias.

Aos Exmos. Srs. presidentes da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL e da operadora/concessionária Brasil Telecom:

O Deputado Luiz Malucelli, respeitosamente dirige-se ao Governo do Estado do Paraná, à Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL e operadora/concessionária Brasil Telecom, solicitando a implantação dos serviços de transmissão de voz e dados pelo sistema ADSL (Linha Digital Assimétrica de Assinantes) para o Distrito Industrial de Trigolândia e as comunidades de Boa Vista e Campina dos Maias todas situadas no município de Piên.

Sala das Sessões, em 10.10.07.

(a) LUIZ MALUCELLI

JUSTIFICATIVA:

Atendendo Ofício nº 093/07 do Presidente da Câmara Municipal de Piên, Sr. Vilson Antonio Kurovski, com a solicitação requerida pelo nobre Vereador João Osmar Mendes, em virtude da necessidade de melhor comunicação a estas comunidades.

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 3011

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a antecipação da Sessão Ordinária do dia 11 de outubro (quinta-feira) para logo após o término da Sessão Ordinária e a diminuição de interstício.

Sala das Sessões, em 10.10.07.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 3005

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER justifica-

tiva de ausência para o Deputado Ney Leprevost, pois, ausentar-se-á deste Plenário na Sessão do dia 10 do mês corrente, por estar em Missão Oficial na Condição de Presidente da Comissão de Saúde desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 10.10.07.

(a) DUÍLIO GENARI

REQUERIMENTO Nº 3020

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, autorização para a realização do I Fórum Centro-Sul a realizar-se no dia 22 de novembro de 2007, quinta-feira, no município de Guarapuava. O evento acontecerá às 14h no Grad Hotel Guarapuava, sito a R. XV de Novembro, 3385.

O evento permitirá a discussão a respeito da implantação da linha aérea regional e a importância do seu desenvolvimento para a região centro-sul do nosso estado e contará com a presença de representantes do Governo Federal, Setor de Aviação Civil, e de empresas aéreas.

Sala das Sessões, em 10.10.07.

(a) RIBAS CARLI FILHO

REQUERIMENTO Nº 3002

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Maria Alessi Moro.

Sala das Sessões, em 10.10.07.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3003

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Mário de Macedo Nogueira.

Sala das Sessões, em 10.10.07.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3004

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, votos de pesar pelo passamento da Sra. Winnierfredi Ethel Bueno Netto, avó do Deputado Federal Ricardo Barros e do Prefeito de Maringá Silvio Barros II. Dona Winnie como era conhecida, completaria 101 anos em novembro.

Requer, ainda, expediente externando as mais sinceras condolências aos familiares.

Sala das Sessões, em 10.10.07.

(a) DUÍLIO GENARI

REQUERIMENTO Nº 3006

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER seja inserido nos Anais desta Casa, votos de pesar pelo falecimento da Sra. Winnierfredi Ethel, avó do Deputado Federal, Ricardo Barros e do Prefeito de Maringá Silvio Barros II, com 101 anos de idade, na cidade Canção.

Dona Ethel era mãe de dona Bárbara Barros e sogra do Sr. Silvio Barros, político com currículo exemplar no Paraná, sendo ex-Prefeito de Maringá; deixa 9 filhos e netos, tendo falecido de morte natural.

À família enlutada as sinceras condolências desta Casa.

Sala das Sessões, em 10.10.07.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 3007

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER seja inserido nos Anais desta Casa, votos de pesar pelo falecimento do jovem Rogério Jhonatan Lázaro, com 21 anos de idade, residente no Conjunto Sol Nascente na cidade de Sarandi, vítima de uma bala perdida quando retornava de um culto evangélico naquela cidade. O projétil atingiu as costas do estudante e transfixou seu coração. Morreu depois de dar entrada na Santa Casa de Misericórdia de Maringá.

Rogério era filho de Valdir e Marta Ricaldino Lázaro.

À família enlutada as sinceras condolências deste Poder Legislativo.

Sala das Sessões, em 10.10.07.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 3022

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, propõe a votação de voto de pesar à família do conceituado jornalista Vinicius Coelho, pela morte prematura e em circunstâncias trágicas de seu filho. A população como um todo é mais uma vez atingida pela violência avassaladora que submete os paranaenses a condição de reféns da violência pública. Da decisão plenária solicito seja feita a comunicação à família enlutada, com os sentimentos de pesar deste Poder.

Sala das Sessões, em 10.10.07.

(a) LUIZ MALUCELLI

REQUERIMENTO Nº 3013

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado ofício ao Exmo. Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião, comuni-

cando da necessidade urgente de aumentar o efetivo de Policiais Militares no município de São João do Triunfo.

Sala das Sessões, em 10.10.07.

(a) PÉRICLES DE MELLO

JUSTIFICATIVA:

Conforme ofício anexo, enviado pelo Presidente da Câmara de Vereadores de São João do Triunfo, Pedro Gadens Andrade Halila, o município de mais de 15 mil habitantes possui apenas dois policiais, hoje, insuficientes para atender a população. Somente neste ano, a cidade sofre três assaltos contra a agência do Banco do Brasil. A situação de insegurança está amedrontando os moradores, acostumados com uma vida tranqüila, sem violência.

Conto com vosso apoio nessa solicitação, de extrema importância para a população de São João do Triunfo.

REQUERIMENTO Nº 3014

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado ofício ao Secretário de Estado da Segurança Pública, Luiz Fernando Delazari, comunicando da necessidade urgente de aumentar o efetivo de Policiais Militares no município de São João do Triunfo.

Sala das Sessões, em 10.10.07.

(a) PÉRICLES DE MELLO

JUSTIFICATIVA:

Conforme ofício anexo, enviado pelo Presidente da Câmara de Vereadores de São João do Triunfo, Pedro Gadens Andrade Halila, o município de mais de 15 mil habitantes possui apenas dois policiais, hoje, insuficientes para atender a população. Somente neste ano, a cidade sofreu três assaltos contra a agência do Banco do Brasil. A situação de insegurança está amedrontando os moradores, acostumados com uma vida tranqüila, sem violência.

Conto com vosso apoio nessa solicitação, de extrema importância para a população de São João do Triunfo.

REQUERIMENTO Nº 3009

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, no sentido de atender o pedido do Sr. Dorvalino Pereira, residente à R. Platina, 114 - bairro Jardim Boa Vista - município de Campo Magro, que pede a implantação de rede de energia elétrica na R. Jacob Kleina - bairro São Miguel - Lamenha Grande - município de Almirante Tamandaré. Há muito tempo que o Sr. Dorvalino vem fazendo tal pedido, porém, temos a informação de que por tratar-se de uma área de preservação, a COPEL não atende tal pedido. Sugere-se, então, alteração do projeto, passando os postes para o outro lado da rua. Se necessá-

rio informações complementares, recomendamos contato com o requerente através do telefone 3677-8461.

Sala das Sessões, em 10.10.07.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 3010

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos moradores da R. João Zaniolo, nas proximidades do Hipermercado Extra, sito à Av. Kennedy - bairro Rebouças, os quais pedem, em regime de urgência, policiamento ostensivo nessa rua e redondezas, tendo em vista o grande número de roubos às residências que ocorrem constantemente.

São meninos de 10 a 16 anos que praticam os assaltos e roubos, com arma branca e até mesmo revólver. A situação encontra-se crítica e a presença de policiais no local com certeza inibirá a ação dos mesmos, propiciando segurança para a comunidade.

Sala das Sessões, em 10.10.07.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 3015

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o arquivamento do Projeto de Resolução nº 030/07 de minha autoria.

Sala das Sessões, em 10.10.07.

(a) MARCELO RANGEL

Projeto de Resolução

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 032/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º Fica alterado o parágrafo 7º do artigo 33, do Regimento Interno, estabelecendo novas competências e atividades especiais a serem cumpridas pela Comissão Permanente de Obras Públicas, Transportes e Comunicação da Assembléia Legislativa, com a inclusão dos seguintes incisos:

“I - avaliar todos e quaisquer projetos de campanhas de publicidade e propaganda, de atos públicos oficiais ou não, do âmbito da administração direta e indireta do estado, observando o mérito, o interesse público, a qualidade e a eficácia das propostas, antecipadamente a qualquer autorização de divulgação ou execução da Secretaria de Estado da Comunicação Social;

II - fiscalizar a execução orçamentária da Secretaria de Estado da Comunicação Social, se necessário com o auxílio do Tribunal de Contas, emitindo relatórios

semestrais para conhecimento e deliberação do Plenário da Assembléia;

III - solicitar trimestralmente relatórios da Secretaria de Estado da Comunicação Social, sobre o planejamento de mídia e custos de divulgação de publicidade e propaganda, sejam de atos oficiais ou não;

IV - avaliar os resultados dos serviços das Agências de Publicidade e Propaganda contratadas para divulgação ou veiculação de publicidade e propaganda do estado, observando o atendimento dos objetivos, informando o Plenário da Assembléia e ao Tribunal de Contas, na hipótese de ineficácia.”

V - acompanhar, fiscalizar, interpelar e regular as empresas encarregadas da conservação, sinalização e construção das rodovias federais e estaduais que fazem parte do complexo de transporte por vias rodoviárias do estado do Paraná;

VI - acompanhar a arrecadação diária e proceder à conferência da contabilidade das empresas pedagógicas que cobram tributos dos usuários pelo direito de passagem pelas rodovias paranaenses. As empresas de que trata o *caput* deste artigo, serão obrigados a fornecer os balancetes diários e mensais das receitas e despesas à comissão;

VII - a comissão procederá, permanentemente, a fiscalização dos trabalhos de conservação, sinalização e construção dos trechos entregues às empresas concessionárias, levando em conta as cláusulas contratuais firmadas entre o estado e as empresas pedagógicas;

VIII - a fiscalização será exercida, também, sobre a utilização das margens das rodovias, denominadas faixa de domínio, as quais são exploradas pelas pedagógicas com empresas de comunicação (painéis, outdoors, totens e outros);

IX - também será atribuição da comissão fiscalizar futuras locações do solo na faixa de domínio das rodovias para a passagem de gasodutos;

X - no exercício de sua função, a comissão fiscalizará o cumprimento do cronograma físico de obras, seja na duplicação ou construção de rodovias, podendo sugerir multas e/ou suspender temporariamente, o ato de cobrança de pedágio, até o cumprimento do referido cronograma.”

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 10.10.07.

(a) MARCELO RANGEL

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto de resolução que tem por objetivo ampliar as atribuições da Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

Sempre levando em conta a melhoria dos trabalhos das comissões permanentes da Assembléia Legislativa, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da proposição em tela.

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 729/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam o Serviço de Proteção ao Crédito - SPC, a Centralização de Banco S/A - SERASA a quaisquer outros órgãos de bancos de dados de cadastros negativos obrigados a comunicar ao consumidor, por escrito, através de carta registrada na modalidade de Aviso de Recebimento - AR, a abertura em seus arquivos de consumo de cadastro, ficha, registro e dados pessoais sobre ele, no âmbito do estado do Paraná.

Art. 2º A abertura do cadastro, ficha, registro de dados pessoais nos arquivos de consumo dos órgãos a que se refere o artigo anterior, somente poderá ser efetuada após a confirmação do recebimento, pelo consumidor, da comunicação.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 10.10.07.

(a) MARCELO RANGEL

JUSTIFICATIVA:

De acordo com a proposta, a abertura de cadastro, ficha, registro e dados pessoais, em seus arquivos de consumo, somente poderão ser efetuados após a confirmação de recebimento, pelo consumidor, da comunicação.

O projeto de lei visa dar efetividade ao Código de Defesa do Consumidor garantindo ao usuário (consumidor) uma informação segura, no que diz respeito à abertura de cadastros negativos. O meio de comunicação utilizado por tais órgãos para a comunicação de abertura do cadastro (inscrição negativa do nome do consumidor) é a remessa de cartas simples, que nem sempre chega efetivamente às mãos do consumidor, não cumprindo a empresa o fiel espírito da lei.

A proposta ainda pretende proteger os consumidores que tiveram seus documentos furtados, roubados ou falsificados, pois terão conhecimento prévio do problema, sanando em tempo.

Desta forma esperamos o devido apoio e a conseqüente aprovação dessa colenda Casa ao projeto de lei apresentado.

PROJETO DE LEI Nº 730/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fará parte da grade curricular a disciplina de Educação Moral e Cívica, a ser implantada no ensino fundamental e médio.

Art. 2º O Chefe do Poder Executivo regulamentará a presente lei.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 10.10.07.

(a) MARCELO RANGEL

JUSTIFICATIVA:

A proposta apresentada visa implantar a disciplina de Educação Moral e Cívica na grade curricular do ensino médio e fundamental.

Essa iniciativa provocará alterações na vida de muitos jovens, pois ajudará a conscientizá-los sobre o devido valor da dignidade, solidariedade humana, liberdade com responsabilidade, bem como valores éticos e morais, pois estes, infelizmente, estão renegados a segundo plano nos dias atuais.

A inclusão desta disciplina deverá, também, prepará-los como cidadãos cumpridores de seus deveres e cientes de suas obrigações.

Desta forma esperamos o devido apoio e a conseqüente aprovação dessa colenda Casa ao projeto de lei apresentado.

PROJETO DE LEI Nº 731/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a estadualizar a rodovia que liga o distrito de Marmeleiro de Baixo a Rebouças.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 10.10.07.

(a) MARCELO RANGEL

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa estadualizar a rodovia que liga o distrito de Marmeleiro de Baixo a Rebouças, com um percurso de, aproximadamente, 17 quilômetros.

A estadualização da rodovia irá trazer benefício aos cofres do município de Rebouças, permitindo que aquela municipalidade possa canalizar seus recursos em obras de grande alcance social.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do plano de lei em tela.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Finda a leitura do Expediente.

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Sr. Deputado Marcelo Rangel.

Deputado Marcelo Rangel (PPS)

O SR. MARCELO RANGEL

Boa-tarde, Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, imprensa.

Venho à tribuna, hoje, para falar sobre o leilão que aconteceu na tarde de ontem.

Uma empresa espanhola, a OHL, arrematou os 3 lotes das rodovias federais que cortam o estado do Paraná. Os valores dos pedágios ficaram mais baixos que as tarifas cobradas no estado. Aliás, bem mais baixas. De duas, uma: ou as tarifas das concessionárias do Paraná, estão realmente muito acima do normal, ou então a empresa OHL, espanhola, uma das maiores e mais experientes nesse ramo fez um péssimo negócio, o que eu não acredito.

Para exemplificar, de Curitiba a Florianópolis, os usuários vão pagar R\$ 1 e alguns centavos por praça. Hoje, fiz o trajeto de Ponta Grossa a Curitiba, são 2 pedágios, e o valor dos pedágios chegam R\$ 11,40 no total.

Isso mostra que realmente o ex-Governador Jaime Lerner, quando permitiu a abertura para os pedágios, cometeu um erro gravíssimo: não pensou nos paranaenses e entregou uma mina de ouro. Falo isso usando essa tribuna, a tribuna da Oposição.

Muitos Deputados, Parlamentares do Governo afirmam que essa é a tribuna do ex-Governador Jaime Lerner. Isso não é verdade!

Mas depois do erro do ex-Governador Jaime Lerner, quais foram os nossos avanços? Eu digo: não tivemos nenhum avanço, com esses últimos mandatos com o atual Governo. Pelo contrário, tivemos retrocesso a dívida do estado do Paraná, com processos, com pendências gigantescas, e a birra, as decisões erradas do Governo só pioram as coisas.

O caso da COPEL na disputa desse leilão foi um verdadeiro fiasco, um blefe com uma empresa do povo do Paraná. Foi um mico que o Governo do Paraná pagou e esse mico ficou nas costas do povo. Perdemos o leilão com uma das propostas mais altas. As ações da COPEL caíram e eu pergunto: quem é que vai pagar por isso? O povo. Os acionistas e o povo do nosso estado?

O Governo do Paraná demonstrou com esse arroubo de valentia, como dizia o Deputado Romanelli; que não tem competência e também não tem credibilidade para abordar esse assunto. Competência, pois mesmo com uma estatal, a proposta ficou ridícula da OHL e perdeu também a credibilidade, Srs. Deputados, porque existe a briga só por marketing. Mas quando se tem algo concreto para baixar o pedágio, como foi o caso do nosso projeto que foi aprovado por unanimidade aqui na Assembleia Legislativa, que previa o meio pedágio para estudantes, ele foi vetado pelo Sr. Governador.

Então, ninguém acredita em bravatas.

Estou encaminhando na tarde de hoje, um projeto de resolução prevendo novas competências e atividades especiais a serem cumpridas pela Comissão Permanente

da Assembleia Legislativa - Comissão de Transportes desta Casa.

Através deste projeto de resolução estaremos pedindo, exigindo para ser bem sincero, das empresas concessionárias os documentos referentes à arrecadação diária e através dessa Comissão Permanente vamos proceder a conferência da contabilidade das empresas pedagógicas que cobram tributos dos usuários pelo direito de passagem pelas rodovias paranaenses.

A Comissão Permanente aqui da Assembleia procederá permanentemente os trabalhos de conservação, sinalização e construção dos trechos entregues às empresas concessionárias, levando em conta as cláusulas contratuais firmadas entre o estado e as empresas de pedágio.

A fiscalização será exercida também sobre a utilização das margens das rodovias denominadas faixas de domínio, as quais são exploradas pelas pedagogadoras com empresas de comunicação, painéis, outdoors, totens.

Também será atribuição da Comissão Permanente de Transportes fiscalizar futuras locações de solo na faixa de domínio das rodovias para passagem de gasodutos.

Enfim, Sr. Presidente, no exercício da função da Comissão Permanente de Transportes, acontecerá aqui no Poder Legislativo, porque esses documentos são enviados para o Poder Executivo, mas queremos que os documentos também sejam enviados ao Poder Legislativo, para que os 7 Deputados membros permanentes da Comissão de Transportes façam o acompanhamento. Pelo menos a cada trimestre iremos fazer a fiscalização, iremos fazer as cobranças necessárias aqui na tribuna, vamos fazer investigações, se for necessário, através de Comissões Especiais de Investigação ou de CPIs e vamos fazer o nosso trabalho de fiscalização aqui dentro da Assembleia Legislativa.

Essa é a súmula do nosso projeto de resolução e vamos trabalhar para que o projeto seja aprovado nesta Casa.

Peço apoio de todos os Deputados!

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) **(Pela Ordem)**

Gostaria de perguntar a V. Exa. se Deputado tem direito a não pagar pedágio da rodovia.

O SR. PRESIDENTE **(Nelson Justus)**

Só se passar a pé.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Professor Luizão.

Deputado Professor Luizão (PT)

O SR. PROFESSOR LUIZÃO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Só quero destacar, quando o Deputado Marcelo Rangel fez seu pronunciamento, hoje, o sucesso que foi o leilão de concessão das rodovias federais, pelo baixo valor do pedágio. Acho que isto é um ganho e serve de comparação para vermos o absurdo que os paranaenses

estão pagando pelas estradas que cortam nosso estado. Para se ter uma idéia, nós vamos viajar depois em estradas em boas condições, de Curitiba a São Paulo, pagando R\$ 8,16, mais em conta do que ir de Curitiba a Morretes. Só para efeito de comparação, para ver que pedágio é um grande negócio, principalmente no Paraná, com os altos valores que têm sido cobrados dos paranaenses.

Estou preocupado, também, recentemente falei sobre o eixo metropolitano que se transformou em linha verde, numa avenida que vai beneficiar apenas Curitiba, enquanto o projeto inicial iria favorecer a interligação entre os municípios da região metropolitana e a capital.

E outra questão, que tem chamado a atenção diz respeito ao metrô, que vem sendo anunciado para Curitiba. É outra fantasia que se fala, que se anuncia de tempos em tempos, aqui na nossa capital. Em 1974 foi inaugurado em São Paulo o primeiro trecho do metrô paulistano.

Em 1975 tivemos dois destaques na nossa capital: um, foi a neve, outro foi o estardalhaço que foi anunciado, a implantação do metrô de superfície, aqui em Curitiba. De lá para cá já se passaram mais de 30 anos, onde cada eleição se anuncia o tal do metrô.

Então, é uma promessa muito manjada, antiga, já batida, que não tem a menor possibilidade de prosperar, principalmente pelo alto valor do investimento, que num trecho pequeno, na linha norte-sul, iria custar em torno de R\$ 1,2 bilhões, sendo que com este valor se poderia estruturar as linhas de transporte coletivo, inclusive favorecendo diversos municípios da região metropolitana.

Foi feita recentemente uma licitação para os projetos. Nem as empresas estão acreditando que esta proposta do metrô é séria, nem as empresas. Porque não apareceram interessados para fazer propostas na elaboração de projeto do metrô. Então, é evidente que é mais um fiasco que se anuncia aqui na capital. O pior disto é que a população, o contribuinte, vem pagando por estes anúncios, por estas promessas. Porque ao longo destes anos, já foram "torrados" mais de R\$ 30 milhões em projetos para a viabilidade do metrô na nossa capital. Só que até hoje não saiu do papel, não saiu do lugar. Aliás, não passou de discurso. Porque não vimos nada, até agora.

Inclusive, o antigo Prefeito da capital, Governador do nosso estado Jaime Lerner, ele próprio é contrário a esta proposta do metrô. Porque é evidente que Curitiba, que já está estruturada com as linhas preferenciais para os ônibus, não tem cabimento a idéia do metrô, por um valor altíssimo. Sendo que com bem menos que isto se consegue estruturar todas as linhas de ônibus da nossa capital, inclusive, da região metropolitana.

Também vejo com preocupação, em Curitiba, a ausência de projetos para o transporte alternativo. Inclusive, hoje, tem um grupo de pessoas, um grupo de jovens, que estão fazendo uma manifestação pelo transporte alternativo em Curitiba, pelo transporte de bicicleta.

Então, são bem poucas as cidades que têm a preocupação com o transporte alternativo, que é um trans-

porte super barato, além de contribuir com a saúde das pessoas. Imaginem uma pessoa que queira, em Curitiba, se locomover de bicicleta, que ela queira ir da sua moradia até o seu trabalho de bicicleta, qual é a alternativa que essa pessoa tem?

Nenhuma. Muito pelo contrário, é se expor ao perigo, porque é humanamente impossível se pensar em andar de bicicleta em Curitiba, porque: se você vai na linha do ônibus, está correndo o maior risco; se você sair da linha do transporte coletivo, você não tem como disputar espaço com os veículos. Então, nós temos somente algumas ciclovias que são para o lazer, mas o lazer a pessoa faz de vez em quando. Imaginem se tivéssemos por exemplo nessa linha que se fala de norte a sul, tivéssemos uma preocupação de criar ali uma ciclovia de norte a sul e você tivesse cinquenta pessoas no horário de pico indo ao trabalho ou voltando do serviço de bicicleta, seriam cinquenta veículos a menos nesse horário de pico, e se você tiver cem pessoas que iriam normalmente de veículo para o seu trabalho, se essas pessoas andarem de bicicleta em uma ciclovia com segurança, imaginem cem veículos a menos em um determinado roteiro, em um horário de pico. Quanto você poderia desafogar o trânsito da nossa capital se tivéssemos essa preocupação do transporte alternativo.

Então, acho até que vou apresentar uma sugestão ao Prefeito da capital não como forma de agredir, mas uma sugestão. Fico imaginando se ao lado de cada linha expressa que tem na nossa capital, onde tem estacionamento de um lado e do outro, se você anular um lado desses e construir ali uma ciclovia, nós teríamos ciclovias cruzando toda a capital.

Imaginem o número de pessoas que iriam estar circulando de bicicleta, economizando tempo, tendo menos estresse no trânsito e ainda tratando da saúde. Tenho certeza que muitas pessoas gostariam de se locomover na capital, ir ao trabalho e voltar, ir à academia e voltar de bicicleta e não o fazem porque não há a menor condição de se transitar na cidade de bicicleta. É o maior perigo! É você se expor a sofrer um acidente na primeira esquina.

Passa a usar o horário da Liderança do PT

Então, acho que não só na capital, Curitiba, mas nas cidades de maneira geral os administradores deveriam ter essa preocupação, porque não é uma preocupação à toa, mas é uma preocupação que se os administradores não tiverem, o trânsito se tornara insuportável. Em Curitiba, no horário de pico, é um estresse total você circular aqui no centro da cidade. É um estresse total! E qual é a preocupação?

As fábricas estão fabricando cada vez mais automóveis, o crédito está facilitando, principalmente com o Governo Lula facilitando o crédito para a população. Então, as pessoas estão comprando mais veículos, mas as nossas cidades estão ficando estranguladas, o trânsito está

ficando absurdo. Temos que ter a preocupação com o transporte alternativo e não apenas na nossa capital, mas nas cidades de maneira geral. Inclusive, tive a iniciativa, apresentei um projeto e espero que ele seja apreciado em breve por este Plenário - já recebeu parecer nas diversas comissões - que é um projeto que incentiva os municípios a criar pistas alternativas, ciclovias nos seus municípios, onde o Governo do Estado entra com dinheiro através de financiamento ou através de projetos, onde o município receba dinheiro do Governo do Estado, que seja necessário, onde for obra de pavimentação ou recuperação asfáltica, que se inclua também ciclovia.

Então, onde o Governo do Estado tiver a participação financeira em obras nos municípios, nas avenidas principais, evidentemente, onde tiver dinheiro do Governo do Estado será obrigatório você incluir no projeto uma ciclovia e calçamento para pedestres, para que a gente comece a humanizar as nossas cidades.

O Sr. Elton Welter (PT)

V. Exa. concede um aparte?

(Assentimento)

Obrigado pelo aparte. V. Exa. ocupa o Horário da Liderança e como Vice-Líder o faz muito bem. Quero parabenizá-lo pelo pronunciamento.

No início da sua fala, V. Exa. e eu quero concordar com o seu argumento no sucesso dos leilões feitos ontem nas rodovias federais. O lote um, por exemplo, que é a rodovia BR-116, São Paulo-Curitiba, 401 quilômetros, teve um deságio altíssimo em torno de 49,20% e a tarifa será R\$ 1,36. Os outros lotes tiveram deságio. No caso do trecho da BR-153, São Paulo-Minas Gerais e faz a divisa também São Paulo-Paraná, também teve um deságio de 40% e a tarifa será R\$ 2,45.

Eu ouvi aqui o Deputado Rangel que foi ruim a participação da COPEL. A COPEL participou, se habituou, e só não ganhou, teve tarifa um pouco maior, mas o modelo feito pelo Governo Federal possibilitou a participação de empresas como no caráter jurídico da COPEL com um consórcio e fez com que a tarifa baixasse. O questionamento que se fez é por que as tarifas são tão caras no estado nesse modelo do pedágio que foi feito antigamente.

Então, o modelo hoje, acredito que esse modelo está fixando uma tarifa justa, onde os brasileiros e brasileiras vão começar questionar porque é tão caro em outros lugares, à medida em que, talvez, o movimento de veículos seja até maior nas rodovias, que essas que foram leiloadas ontem onde a tarifa ficou baixíssima, em torno, no caso de uma praça, Deputado, a tarifa ficou em menos de R\$ 1,00, que é a praça da rodovia BR-381, Minas Gerais-São Paulo-Belo Horizonte, com a extensão de 562 quilômetros e a tarifa será de R\$ 0,99. É impressionante como o modelo puxa a tarifa para baixo. E a participação da COPEL acredito que foi benéfica para até evitar um possível acordo se fosse na

questão de preço. Então, o preço caiu, isso ajudou, ajuda os brasileiros, ajuda o setor produtivo e é um modelo que eu acho que vai dar certo.

O SR. PROFESSOR LUIZÃO (PT)

Certamente Deputado, e também poderíamos dizer: “Não, ganhou por um preço muito baixo”. Só que a empresa que venceu a maior parte dos trechos é uma empresa que tem know how com rodovias pedagiadas, então acredito que o trabalho será bem feito por um valor bem menor.

O Sr. Cleiton Kielse (PMDB)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Deputado, futuro Prefeito de Pinhais, que já sabe o quanto custa a manutenção de rodovias, o quanto custa você ter uma visão ampla, como a COPEL teve, não só oferecendo o nome da COPEL, mas o próprio orçamento da COPEL para reduzir forçosamente os pedágios no Paraná e no Brasil. E nós que estamos participando hoje da CPI, não só dos pedágios, mas tendo um entendimento de quanto os pedágios do Paraná estão ganhando, que fizeram uma projeção que eles ganham uma média de 20% sobre as tarifas, e tenho batido que em alguns casos passa de 60% o nível de lucros dessas empresas de pedágio que estão trabalhando no Paraná.

Por isso, o seu encaminhamento foi brilhante, acredito que a Oposição com a respiração que sempre tem, buscando alguns defeitos também, está coerente neste momento, sabendo que nós vamos ter as tarifas mais baixas da história do Brasil com esse leilão feito pelo DNIT junto com o Ministério dos Transportes. Mas nós vamos usar este exemplo dessa redução também dentro da nossa CPI. E nós queremos, junto como Deputado Plauto, com o Deputado Fábio Camargo, já confirmando uma data, onde iremos convocar todas as concessionárias de pedágio do estado do Paraná para a nossa CPI.

Peço apoio de todos os Deputados, porque vamos forçar um acordo novo com as empresas de pedágio do Paraná.

Vamos pegar uma âncora, com certeza, para baixarmos, como baixaram de 4,70, que era o valor inicial de algumas tarifas que teriam sido até noticiadas, para 0,99.

É algo que estamos extremamente satisfeitos com que o DNIT conseguiu fazer e parabenizando o seu encaminhamento.

Muito obrigado!

O Sr. Stephanes Júnior (PMDB) (Aparte)

Quero parabenizá-lo pelo seu pronunciamento a respeito do leilão que privatizou várias estradas federais no Brasil.

Realmente, acredito que esta área administrada por uma iniciativa privada, bem fiscalizada e com uma dire-

triz do que tem que ser feito, é mais barato e garante uma estrada de boa qualidade. E os preços conseguidos no leilão foram muito bons.

Quero parabenizar, através da pessoa do Professor Luizão, o PT por este avanço ao fazerem a privatização dessa área no Brasil.

Muito obrigado!

O SR. PROFESSOR LUIZÃO (PT)

A população, de maneira geral, aprova o pedágio. O que não aprova é o valor absurdo que é cobrado aqui no estado do Paraná.

O Sr. Luiz Malucelli (PSDB) (Aparte)

Gostaria que V. Exa. mostrasse uma cidade que tem maior número de ciclovias, em quilômetros, no Brasil, porque Curitiba é a cidade que mais tem ciclovias no Brasil. Primeiro, a Linha Verde, o dinheiro é carimbado para Curitiba. Não poderíamos estender para Pinhais, Piraquara, os recursos do Banco Mundial colocados aqui para Curitiba. Seria inconstitucional.

Segundo, o nosso Prefeito foi eleito o melhor Prefeito do Brasil, há 15 dias atrás.

Então, justiça seja feita.

Muito obrigado!

O SR. PROFESSOR LUIZÃO (PT)

Reconheço que quase inexistente a preocupação com ciclovias nas cidades do Brasil, porque Curitiba, que quase não tem nada, é a que mais tem ciclovias. Existem, mas não são suficientes. Não é caminho que as pessoas precisam. Existem para o lazer. Temos que incentivar que as pessoas utilizem diariamente as ciclovias.

É um desafio, não só para Curitiba, mas às cidades em geral. Criar oportunidades de alternativas de transportes para diminuirmos a poluição e melhorar a saúde das pessoas.

Em relação ao eixo metropolitano, não precisamos nenhum urbanista para saber que a Linha Verde não tem nada de eixo metropolitano. Não precisava ir até Pinhais, mas até a divisa, por exemplo, da Fazenda Rio Grande e a divisa de Colombo, para favorecer um trecho maior da antiga BR, que as pessoas dos municípios da região metropolitana tivessem maior facilidade de acessar a nossa capital.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Antonio Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Primeiramente quero parabenizar o Presidente Nelson Justus, pela beleza e a grandiosidade da Sessão

Especial que esta Casa realizou ontem, na cidade de Pato Branco, no sudoeste do Paraná.

Sobre a questão do pedágio, Sr. Presidente, ouvimos explicações por meio dos canais de comunicação, dos jornais, das emissoras de rádio. Há uma explicação do porquê a tarifa das novas praças de pedágio foi estabelecida ou as empresas ganharam apresentando propostas para uma tarifa tão baixa. É uma explicação muito lógica.

O Presidente Lula está de parabéns, porque ele determinou que esses novos trechos rodoviários fossem pedagiados, porém, acho que poucos Deputados sabem, mas o Presidente Lula entregou os novos trechos rodoviários sem nenhum ônus para as empresas concessionárias que vencessem a concorrência realizada ontem.

As atuais concessionárias estão cobrando caro. É verdade. O povo reclama que a tarifa deveria ser mais baixa. Entretanto, Sr. Presidente, não é para defender as concessionárias que estou na tribuna, mas é para alertar de um benefício que o Presidente Lula deu para as novas concessionárias, para os novos trechos de pedágio: as empresas concessionárias não pagarão nenhum aluguel pelo uso da rodovia onde implantaram a praça de pedágio. Será que meu discurso seria em favor das concessionárias? Lógico que não! É no sentido de parabenizar o Presidente Lula, porque ele deu esse benefício para as concessionárias.

Nobre Deputado Luiz Carlos Martins, a concorrência aberta, ontem, sepultou em definitivo o discurso do Governador Roberto Requião sobre pedágio. O Requião sempre pregou que ele queria um pedágio mais barato e houve uma infelicidade, ontem, quando apresentaram o Paraná. A COPEL representando, naturalmente, o Governador Roberto Requião, apresentou um preço maior do que o grupo espanhol apresentou.

Eu estava imaginando que o Requião ia se consagrar, ainda ai dar a volta por cima nessa história do pedágio e ai sair consagrado, porque a COPEL venceria a concessão, o Requião ia colocar um pedágio bem barato, ia bater no peito, é lógico, é natural, a glória seria toda do Governador Requião: “Olha, está vendo, no meu pedágio a tarifa custa apenas “x”.” Entretanto, a partir do momento que o Requião, representado pela COPEL, apresentou uma tarifa mais cara do que o grupo espanhol, acabou, sepultou em definitivo qualquer discurso do Requião. Daqui para frente, não vai poder falar nunca mais em pedágio.

Se a COPEL tivesse vencido a concorrência, o povo ia “se ferrar” porque ia pagar pedágio muito mais caro do que vai cobrar esse grupo espanhol. Então, graças a Deus que veio um grupo da Espanha e salvou a safra de quem vai usar essas rodovias, porque vão ter uma tarifa mais em conta.

Entretanto, o sentido do nosso discurso não é criticar o Governador; é enaltecer o benefício dado pelo Presidente Lula, mas também com ressalva.

Temos o dever, Sras. e Srs. Deputados, é responsabilidade do nosso mandato bater às portas do Presidente

Lula e exigir para essas empresas concessionárias o mesmo benefício que foi dado nos novos trechos pedagiados, a partir de ontem, ou seja, dar esse benefício, não cobrar o aluguel pelo uso da rodovia e converter esse benefício em favor dos usuários das estradas pedagiadas com a automática redução da tarifa de pedágio. Se esta Assembléia não fizer isso, não bater às portas do Ministro dos Transportes, não pedir a mobilização dos Deputados Federais, Deputadas, Senadores, Senadoras, sejam eles do Paraná, mas sejam eles integrantes do Congresso Nacional, estaremos cometendo uma grave falha, um grave pecado com todos os paranaenses.

Então, vamos pedir ao Presidente Lula, porque ele não é Presidente de determinados estados do Brasil; o Presidente Lula não é Presidente apenas de determinada parcela da população. Se ele deu benefício para determinadas estradas brasileiras, que dê também para as estradas do Paraná, não cobrando aluguel das rodovias, porque as rodovias pertencem ao Governo Federal. E fazendo com que, automaticamente, as concessionárias coloquem na redução da tarifa o que elas vão ganhar não pagando pelo aluguel das nossas rodovias.

E, por último, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, lembrar que os Deputados Federais trabalharam esta noite em Brasília, coitados, devem estar todos cansados, trabalharam até de madrugada. Corri na internet, na TV e nos jornais, para ver se eles estavam lá debatendo algum projeto para resolver algum problema da área de saúde, da área do emprego, da segurança, do aposentado, do salário-mínimo. E, de repente, nobre Deputado Cartário, os Deputados estavam lá reunidos para servir ao Rei maior e ferrar de novo o povo brasileiro. Mas, que pressa, como são dedicados no trabalho quando é para ferrar a população brasileira. Eles amanhecem lá, não têm preguiça, não têm hora de trabalhar. Pela segunda vez, quase ficaram até de madrugada no plenário da Câmara dos Deputados para provar a prorrogação da CPMF.

Então, o nosso desejo é que um dia os Parlamentares do Paraná e do Brasil inteiro, que estão em Brasília, um dia eles possam ficar lá, dedicando algumas horas para aprovar grandes e importantes projetos sociais que estão engavetados, encalhados, apodrecendo nas prateleiras há vários anos, porque quando se trata de projetos para melhorar a vida do povo, melhorar a condição social do país, não dá quórum, Parlamentar não comparece, projeto vai para cá, empurra para lá, um jogo de petecas, fica lá 5, 10 anos, cai no esquecimento, mas quando é para ferrar a população brasileira, como agora na CPMF, ficaram de novo até de madrugada. Pobre Câmara dos Deputados!

O Sr. Luiz Malucelli (PSBD)

Permite-me um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Queria parabenizar a sua postura mais uma vez e lembrar do Primeiro Emprego. Foi a grande bandeira do Governo do PT, da campanha do PT, que foi um projeto

que foi por água abaixo, deixando todos os jovens à mercê do tão sonhado primeiro emprego.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Muito obrigado, nobre Deputado Malucelli.

E para terminar, Sr. Presidente, dizer outra coisa triste: cheguei em minha casa, a minha filha indignada disse: “Pai, olha o que está na internet e na televisão”. Saiu a revista Playboy e a banca de jornal do Senado Federal nunca vendeu tanta revista de mulher pelada como vendeu ontem. Fazia fila. Senador, Deputado, assessores fazendo filas, e o povo com a idéia de que eles estavam lá para cuidar dos problemas dos mais altos interesses do povo brasileiro. E eles ali, uma grande parte, tarada, ali descaradamente, em pleno horário de trabalho, gente filmando, fotografando a tal da Mônica Veloso, que por sinal está até bem judiadinha ali. O Ribas Carli falou que a Mônica está bem judiada, que nem vai comprar.

Mas, Sr. Presidente, triste cenário para o Brasil e para o mundo: Senadores e seus assessores, em plena hora de trabalho, ao invés de cuidar de interesses do povo, na fila da banca do jornaleiro do Senado e ali no próprio plenário, folheando, todos entusiasmados, para ver a Mônica Veloso pelada. Deveriam estar lá cuidando dos interesses do povo brasileiro.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra, Deputado Geraldo Cartário, no Grande Expediente.

Deputado Geraldo Cartário (PDT)

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Certamente que o meu amigo Belinati, Deputado Belinati, quando aqui parabenizou o Presidente Lula, o fez num tom de ironizar - não pode ser diferente, Belinati, visto que hoje às 14h completaram 45 mortes na rodovia BR-116, no perímetro urbano da Fazenda Rio Grande - hoje às 14h mais uma vítima se transformou em óbito. Por que? Porque o Presidente Lula, quando, temos que reconhecer, algumas coisas de bom ele faz, mas quando ele se compara ao grande estadista Juscelino Kubitschek de Oliveira, que construiu uma BR de norte a sul e não cobrou pedágio, não houve pedágio, aproximadamente 5 a 6 mil quilômetros. E agora, o povo da Fazenda Rio Grande e de outras cidades do Paraná e do Brasil, para não morrerem nessa BR-116, no trecho do perímetro urbano, vão ter que pagar. Se não pagar, morre.

Este é o Governo do PT, este é o Governo do Partido dos Trabalhadores: ou paga, ou morre.

Como os espanhóis estão chegando, parece que em janeiro eles começam, em julho começa a se cobrar o pedágio, logicamente que daqui a um ano não haverá,

certamente, as mortes que existem hoje, porque os espanhóis estão chegando.

Analisando desta forma, temos que reconhecer que Fernando Henrique Cardoso, e eu me lembro, eu tenho memória - dizem que o povo não tem memória, conversa fiada, o povo tem memória - Fernando Henrique Cardoso iniciou um processo no Brasil de abrir as portas ao mundo, começou a abertura e com isto as empresas multinacionais, as grandes empresas começaram a chegar.

Olha, eu sou do tempo que pagava R\$ 3 mil, amigo Belinati, e o Deputado Luiz Carlos Martins também pagou caro para conseguirmos um telefone para nossas casas lá na minha cidade. Fernando Henrique Cardoso entrou no Governo, houve abertura econômica, o mundo chegou e hoje, telefone, sequer tem valor, hoje não existe mais.

Mas quando Fernando Henrique Cardoso começou a abrir ao mercado internacional, eu que tenho memória, o Partido dos Trabalhadores, o PT, violentamente agrediu a figura do Presidente da República, falando que era maracutaia, que era corrupção, que era uma vergonha para o Brasil estar recebendo capital estrangeiro. E hoje eu ouvi aqui, nas palavras do Deputado que representa muito bem a região de Toledo, enaltecendo o Presidente, o PT, porque hoje o pedágio vai existir no Governo do Presidente Lula a um preço acessível. Certamente que o nobre Deputado não conhece detalhes do contrato: quais as duplicações que serão feitas? Porque na Europa, as concessionárias apenas fazem a manutenção das rodovias, tanto em Portugal, como na Espanha, como na Alemanha, apenas fazem a manutenção.

Eu não sei, nesse contrato, se há exigências a serem cumpridas com a duplicação de Curitiba até Lages, que é o trecho que eu mais estou interessado, não sei se a duplicação vai até a Fazenda Rio Grande, se vai até Mandirituba, Rio Negro, Campos Novos, se vai até Santa Catarina, Lages. Não sei, por isso não vou entrar nos detalhes do custo operacional.

Mas só queria deixar bem claro que as coisas mudaram, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que o PT criticava, hoje enaltece! A crítica do PT era uma, hoje se enaltece a cobrança do pedágio. E ainda querem que o Presidente Lula tenha o reconhecimento popular que o Juscelino teve, é lamentável.

Mas Sr. Presidente, nem tudo está perdido, nem tudo está perdido porque eu e certamente os Deputados da região metropolitana de Curitiba e os do sul do Paraná estamos, há muito tempo, reivindicando o direito dos nossos municípios serem contemplados como Toledo foi contemplado, Cascavel, Rolândia, Araçongas, Maringá, Cornélio Procopio, Jacarezinho que têm dinheiro público no 3º grau. Colombo, minha prezada Deputada, futura Prefeita, ex-Prefeita, não tem faculdade paga com dinheiro público, no 3º grau Araucária também não, São José dos Pinhais idem, Fazenda Rio Grande, Araucária, Campo Largo também não têm faculdade. No interior qualquer município que tenha mais de 50 mil habitantes

têm, mas reconhecemos que o Governo do Estado não tem esse recurso.

Por isso quero aqui prestar, Sr. Presidente, informação aos Srs. Deputados da preocupação de Osmar Dias. Ele que perdeu a eleição por 10000 votos, precisamente na região metropolitana - foi onde ele perdeu - ele está preocupado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para que os municípios do Paraná todos tenham o mesmo tratamento. Mas ele está ajudando o Governo Roberto Requião para que ele possa implantar essas faculdades, ele está ajudando. Eu vou ler aqui o pronunciamento do Senador Osmar Dias, Senador da República do Brasil, representando o Paraná.

Deputado Belinati, aqui V. Exa. falou muito bem, eles ficaram a noite inteira para aprovar a CPMF, mas fogem de aprovar o projeto do Senador Osmar Dias.

(Lê):

“Osmar diz que Governo faz manobra para não financiar universidades estaduais

Decisão governista afeta o Paraná que arca com as despesas do ensino superior

O Senador Osmar Dias considera que o Governo Federal foge à responsabilidade ao adiar a votação do Projeto de Lei nº 002/07 que obriga a união a financiar as universidades estaduais. Por duas semanas consecutivas, os Senadores da bancada de apoio do Governo Federal adiaram a análise do projeto. Nesta terça-feira, o Líder do Governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), solicitou o encaminhamento da matéria à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE). A Comissão de Educação do Senado, já havia adiado a análise do PLS 002/07, há duas semanas, com pedido de vistas da Senadora Ideli Salvatti (PT-SC).

Infelizmente o Líder do Governo e a Líder do PT propuseram que meu projeto fosse para a Comissão de Assuntos Econômicos numa clara manobra para postergar a votação de uma matéria que pode significar muitos recursos para os estados, em especial o estado do Paraná, afirma Osmar Dias.

De acordo com o Senador, o Paraná gasta R\$ 800 milhões com as universidades estaduais. É um investimento importante, mas isso representa um gasto que não existem em outros estados, como no Rio Grande do Sul e em Minas Gerais, onde o Governo assumiu as universidades transformando-as em federais. Não é justo que um estado receba recursos do Governo Federal, por só ter universidades federais, e que o Paraná tenha que arcar com este investimento anual que poderia estar sendo aplicado na educação básica, que é atribuição do estado, e em outras áreas como a segurança pública e a saúde, observa o Senador paranaense.

Segundo Osmar Dias, a votação do projeto irá garantir mais vagas nas universidades estaduais, a criação de novos cursos e a expansão de centros de educação. Isto está sendo impedido por inabilidade do Governo Federal. A Constituição é clara quando diz que o ensino superior público é atribuição da união. O

Governo Federal deixa para os estados boa parte de sua responsabilidade. Enquanto isso, o Presidente Lula anuncia novas universidades federais em vez de assumir as estaduais já existentes fazendo a expansão dessas unidades de ensino em estados como o Paraná, que tem dado grande contribuição ao país e tem recebido muito pouco do governo federal, critica o Senador pedetista.

Projeto

O Projeto (PSL 002/07), de autoria do Senador Osmar Dias (PDT-PR) altera um artigo da Lei nº 9394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB). A proposta do Senador paranaense se dá para fazer frente ao aumento da demanda por educação superior que vem subindo a cada ano.

Em 10 anos, o número de alunos praticamente triplicou no ensino superior. Passamos de 1,7 milhão de estudantes de graduação, em 1995, para cerca de 4,5 milhões, em 2005. É um número que tende a aumentar, considerando as exigências cada vez maiores do mercado de trabalho, o número de brasileiros que buscam qualificação em nível superior; observa o Senador.

Osmar Dias lembra que ainda estamos muito distantes da meta prevista no Plano Nacional de Educação - PNE (Lei nº 10172, de 2001) de matricular 30% dos jovens de 18 a 24 anos na educação superior até o ano de 2011. Hoje, apenas cerca de 10% dessa população frequenta a universidade.

Não há dúvidas sobre a necessidade de ser ampliar a oferta de vagas gratuitas e de qualidade nas instituições de ensino superior mantidas pelo Poder Público, afirma Osmar. Além das cerca de 100 instituições federais, existem pouco menos de 80 estabelecimentos mantidos pelos governos estaduais, dentre universidades, faculdades e centros de educação tecnológica, que respondem por mais de 470 mil matrículas de graduação, 11% do total, responsáveis por muitos cursos de pós-graduação e atividades de pesquisa e extensão. Para Osmar Dias, é indiscutível a importância do investimento na educação básica, especialmente no ensino fundamental obrigatório e no ensino médio, âmbitos de atuação prioritária dos estados. No entanto, isto não pode ser feito às expensas da educação superior, nível de ensino crucial para o desenvolvimento do país. É justamente por isso que se faz necessário assegurar a participação da união no financiamento das instituições estaduais de educação superior, salienta. O PLS 002/07 está amparado nos dispositivos legais que prevêm assistência técnica e financeira aos estados e municípios, no exercício da ação supletiva e redistributiva que compete à união, segundo os preceitos constitucionais e as diretrizes e bases da educação nacional. Em regulamento, deverão ser dispostos os critérios, mecanismos e fontes de receita para que o dispositivo a ser inserido pela proposição na Lei nº 9394, de 1996, seja efetivado."

Acesse: www.senado.gov.br, para mais informações.

Este é o pronunciamento de S. Exa. o Senador Osmar Dias.

Sr. Presidente, nós, hoje, estamos vivendo momentos políticos, já se pensando na eleição de 2008. A candidata ao Senado, Gleisi, não tem cargo político, no entanto, tudo que acontece no Paraná, que o Governo Federal se faz presente, ela lá está. Não tem mandato, não tem cargo, mas lá está.

O Vice-Presidente certamente que pegou um bilhete no bolso, leu e falou: "Olha, aqui está presente a Gleisi". Sem razão alguma, colocando em evidência numa política que se antecipa às eleições de Curitiba. No entanto, não seria o momento preciso da Bancada do Partido dos Trabalhadores reivindicar junto a Paulo Bernardo, marido da candidata, isso, exigir do Presidente da República um tratamento ao Paraná como está dispensando à Minas Gerais. Minas Gerais teve as suas universidades federalizadas. E o Paraná? Qual é a vantagem? Apenas vem um Ministro, um Vice-Presidente da República, ou vem o Presidente e fala que ali está sentada na platéia a Dra. Gleisi. Isso resolve alguma coisa para nós? Ou simplesmente estão tentando deturpar os fatos, pois nesses momentos de homenagens tem que citar quem tem mandato ou quem contribui com alguma coisa de importância para o estado do Paraná. E nós temos esse direito, porque estamos sofrendo.

O povo de Fazenda Rio Grande está morrendo, 45 pessoas, porque o Governo Federal não tem dinheiro para construir uma ponte. As universidades nossas continuam, o Governo gastando - e quero abrir aqui, Deputado Luiz Carlos Martins, V. Exa. que é o Líder do PDT, o qual tenho a honra de ter comunicado hoje a esta Casa que integro o partido.

O Osmar Dias perdeu a eleição, foi o primeiro a abrir as portas do seu gabinete para receber o Governo Requião, para junto com as lideranças do Paraná reivindicar, apresentar soluções através de projetos e requerimentos para que o Paraná não pague aquela multa do Banco Itaú. O Senador não fugiu, ele está vestindo a camisa do Paraná e agora, com esse seu projeto, teremos oportunidade... Deputado Nelson Justus, V. Exa. sabe que a Universidade Federal do Paraná, primeira do Brasil, sabe que quando ela aqui se instalou, a exemplo da Santa Casa de Misericórdia, Curitiba não tinha nem 100 mil habitantes? A exemplo da Santa Casa, que foi inaugurada por Dom Pedro II, que veio a cavalo de Paranaguá, Morretes, até Curitiba para inaugurar a Santa Casa. Vejam quantos anos se passaram e essa universidade, apenas existe uma no Paraná, que atende o Paraná inteiro.

Gostaria de concluir. Não estou aqui para criticar, nunca me elegi criticando os outros, nunca me elegi com as benesses de qualquer Governador, sempre estive na contramão. Sempre. Nunca recebi por parte do Governo: "Olha, Cartário, vá lá no município que o Prefeito vai te apoiar". Nunca recebi sequer mil reais de qualquer empresário do Paraná para me ajudar na campanha. Faço campanha do meu jeito, aquele jeito que aprendi como Vereador de Mandirituba. Nunca. Não existe empresário que diga que me deu R\$ 5 mil. O único que me deu R\$ 5

mil foi o Anibal Khury, que me ajudava. Agora, empreiteiros, empresários não.

Por isso, quando estou aqui criticando, não estou aqui criticando o Presidente Lula, porque ele tem um passado bonito, é uma das pessoas que enaltece e que demonstra que o Brasil é a terra da esperança, é o melhor país do mundo, porque o filho do sapateiro pode ser Presidente da República e lá nos tempos antigos da Europa, o filho de sapateiro tinha que morrer sapateiro, filho de alfaiate tinha que morrer alfaiate e olha lá, porque se o pai não pagasse para ele aprender a profissão, não seria nem alfaiate, nem sapateiro, aliás, profissões grandiosas.

No entanto, estou aqui, companheiros do PT, para lhes perguntar o seguinte: não seria a hora de pressionarmos, fazer como os nordestinos fazem, como os mineiros, unirmos as forças, o Presidente da Assembléia ir até Brasília com a Bancada do PT e resolver esse problema das universidades federais? Porque aí eu não faço questão de participar, não. Infelizmente, tenho ido a Brasília por outros motivos.

No entanto, Sr. Presidente, queria dizer à Bancada do PT que essas universidades, inclusive a de Ponta Grossa, e tem um pronunciamento do Senador Osmar Dias que diz o seguinte: “Sr. Presidente do Senado, aqui no plenário está sentado um Deputado Estadual do Paraná, Plauto Miró Guimarães, e ele está reivindicando 2 milhões e meio, 3 milhões para a cidade de Ponta Grossa.”

Gostaria que o Presidente desta Casa, que tem uma responsabilidade maior do que eu, maior do que os demais Deputados, primeiro porque é Presidente da Assembléia e segundo porque é curitibano, de implantar aqui a Universidade Metropolitana ou a Faculdade Metropolitana, colocar faculdade em Colombo, em outros municípios da região metropolitana, porque o filho do trabalhador é o único que está pagando com suor, com dificuldade, a mensalidade da Tuiuti, Católica e tantas outras, porque não tem curso gratuito.

Será que Paulo Pimentel tem que ser Governador de novo para resolver o problema do sul do Paraná? Pois foi Paulo Pimentel que levou a luz para Quitandinha, Rio Negro, Campo do Tenente, Agudos do Sul, Mandirituba, Tijucas.

Sr. Presidente, estou falando um pouco da história do Paraná. Gostaria que V. Exa., como Presidente desta Casa, levantasse essa bandeira. Vamos oferecer ao trabalhador, a São José dos Pinhais, a Campo Largo, o direito do filho do trabalhador de Araucária de também ter a sua faculdade paga com o dinheiro do povo. Não podemos discriminar a nossa região.

O Sr. Elton Welter (PT) (Aparte)

Com relação às universidades, existem universidades federais, escolas técnicas. O Governo Federal criou a segunda universidade federal aqui no Paraná. Já foram instaladas e serão instaladas mais 6 escolas, que serão

também universidades as escolas técnicas. Inclusive vai ser gratuito em várias cidades do Paraná. Cidades que estão a menos de 50, 60 quilômetros de uma universidade, não é instalada universidade pública. Isso é uma regra do MEC, nem escola técnica, que é recurso federal, também das universidades.

Eu não sou contra o seu pronunciamento com relação a esse assunto. Com relação a Gleisi, que foi ao evento da vinda do Vice-Presidente da República, a Gleisi é uma autoridade política do PT, ela estava representando o Ministro Paulo Bernardo com um recado que o Vice-Presidente da República falou, mas estava representando o ministro que não pôde vir de última hora. E representa à altura, até porque é sua esposa, uma pessoa de renome estadual e com certeza a nossa bancada se orgulha do nome dela. Aliás, um bom nome como candidata a Prefeita de Curitiba.

Com relação ao pronunciamento que fiz, o nosso Governo, o Governo do Presidente Lula, realmente adotou um método de leilão que faz com que a tarifa de pedágio seja justa. Nós aceitamos as concessões, de transferir, conceder para o setor privado usar as rodovias. Isto já está superado, internamente, no PT. Agora, o modelo, V. Exa. há de convir que mudou, na medida em que consegue produzir um deságio extraordinário, se comparado com o preço da tarifa que temos pago, nestes últimos anos, aqui no estado do Paraná.

Então, acredito que o povo brasileiro vai aplaudir e está aplaudindo, na medida em que vamos pagar tarifas baixíssimas. Então, no tempo do PT, neste período recente, de fato, fazemos a regulação. Quando o estado regular com eficiência, ele pode conceder serviço ao setor privado. Esta é a concepção que temos. Aliás, a grande crise, hoje, por parte do Governo, é que o modelo das agências reguladoras não foi eficiente para controlarmos preços de tarifas que são executadas na área de energia elétrica, de telecomunicações. É um grande desafio, ainda, do próprio Governo.

Então, agradeço o aparte e pode ter certeza: o povo brasileiro vive um dos melhores momentos da república. A capacidade de investimentos do estado brasileiro é o melhor desde 1974. Isto é bom que se diga.

O Paraná está ganhando vultosos investimentos em infra-estrutura em rodovias, ferrovias, no porto e em aeroportos, inclusive em São José dos Pinhais, que terá investimentos para suportar transporte de cargas.

Muito obrigado.

O SR. GERALDO CARTÁRIO (PDT)

Se V. Exa. for com este discurso para um trecho de 500 metros, onde morreram 45 pessoas, nos últimos 3, 4 anos, V. Exa. vai sair de lá não vaiado, como foi o Vice-Presidente da República na FIEP, V. Exa. vai ser é linchado! Aconselho-o a não ir lá.

Eu queria dizer mais ainda: um dia, eu já Deputado, um candidato a Vereador de Mandirituba falou: “Olha, eu tenho um casamento hoje, Deputado. O senhor

não quer me representar numa reunião que estão fazendo pra mim?" Eu olhei bem para ele e pensei: eu sou Deputado, representar um candidato a Vereador é esculhambar demais o Poder Legislativo Estadual. E não fui.

Agora, V. Exa. vem me dizer que a esposa do Ministro está apta a representar o Ministro? Ora! Estamos contra o nepotismo! V. Exa. não quis assinar o projeto de lei acabando com o nepotismo, mas eu assinei. Estamos vivendo uma época diferente. Existe o Prefeito, e tem a primeira dama, que eu acho um absurdo! Eu fui Prefeito por 6 anos e minha esposa nunca entrou na Prefeitura! Agora, Ministro tem primeira dama e é reconhecida?

Eu permito o aparte, se o Deputado Luiz Carlos Martins me der o horário do PDT.

O Sr. Luiz Carlos Martins (PDT)

Desde que, com o nobre Deputado, entremos em uma negociação. Parlamento é falar, falar. Uma negociação, desde que você me dê o primeiro aparte. Serei bastante rápido. Apenas para saudá-lo pela sua vinda a integrar a Bancada do PDT na Assembléia Legislativa. Somos em 3 Deputados: Edgar Bueno, Augustinho Zucchi, este que vos fala e agora o Deputado Geraldo Cartário. Já estamos em 4 Deputados. Creio que tem a eleição de 2010, e vamos ampliar. A questão da fidelidade ainda vai ser muito discutida. Tem a questão da perseguição e outras questões mais.

Seja bem-vindo. E os demais que queiram integrar este honrado partido, todos estão convidados. É uma alegria para todos nós.

O SR. GERALDO CARTÁRIO (PDT)

Respondendo o Deputado Waldyr Pugliesi, por quem temos um respeito a admiração muito grande, que inclusive foi um dos integrantes do PMDB, como Alexandre Curi, Nereu Moura, enfim, que nunca questionaram a minha saída do PMDB porque sabem que eu tinha um motivo muito grande. Eles sabem disso.

O Sr. Luiz Carlos Martins (PDT)

Seja bem-vindo, nobre Deputado Geraldo Cartário!

O SR. GERALDO CARTÁRIO (PDT)

Agradeço! E esse motivo da minha saída do PMDB não foi com o partido, não, porque o partido é histórico. Mas, o motivo foi que, como o Presidente Kennedy já falava: o homem mais inteligente do mundo tem seus dias de bobeira. E certamente que o Governador, quando foi à Fazenda Rio Grande por 4 ou 5 vezes, fechado em recinto e depois aberto com alto-falante na rua pedindo voto para um candidato do PPS, eu que tenho vergonha na cara e que não sou de levar desaforo, porque também sou latino, senti que sobreí. Estando sobrando, só me restou uma coisa. Vou brigar com o Governador?

Eu não sou Dom Quixote! Não tem como brigar com o Governador! O Governador não é moinho de vento, ele tem poder de nomear, de designar, tem o poder de Polícia Civil, Polícia Militar, ele tem um poder fantástico e não sou tão burro a ponto de sair pela rua desafiando o Governador. Tem hora para tudo. Certamente, Deputado Luiz Carlos Martins, com a eleição de Osmar Dias, não seremos apenas 4, mas seremos muito mais. Aí vamos falar: éramos 4

E certamente que o PMDB sempre me atendeu muito bem e eu, pessoalmente, não tenho nada contra o Governador. Simplesmente acho que o Presidente Kennedy acertou em falar que tem homens que têm dias diferenciados. E como fui alijado da cidade que criei, a cidade que em 1972 eu era o Vereador mais votado e até hoje, em 35 anos de mandato, acho que ninguém no Paraná pode dizer o que eu digo, que em 35 anos de mandato fui sempre o mais votado na cidade em que o povo me conhece - posso ser o mais votado em Foz do Iguaçu, onde ninguém me conhece e monto um esquema diabólico com o Governador, exigindo e tal. Mas não, sou o mais votado em 35 anos, sempre disputando toda a eleição na mesma cidade, onde o povo me conhece.

Não é o TRE que me tira, TSE, Prefeito come e dorme da Fazenda Rio Grande, que viaja em primeira classe para o Japão. Ninguém me tira esse título, porque o povo me outorgou esse título em 35 anos!

E só para concluir, respondendo ao Deputado Waldyr Pugliesi, estou de volta em casa, porque em 1990 eu era do PDT e um grupo do PDT foi com o Martinez e eu fui com o Requião. Elegi-me Deputado e quando cheguei nesta Casa, éramos em 6 Deputados do PDT, sendo Cezar Silvestri, de Guarapuava; Albino Corazza, de Toledo; Rafael Greca, de Curitiba; Emília Belinati, de Londrina; e ainda o Algaci Túlio, de Curitiba.

A pedido do Governador Requião disputei a liderança do partido. Olhem o que fui inventar, porque o Requião nos usa e depois nos entrega como os romanos, nas bocas dos leões. Ganhei a eleição de Rafael Greca de Macedo e ele saiu chorando da sala, porque ele dizia que era do PDT de Jaime Lerner e que não poderia, em hipótese alguma, ficar silenciando aqui na Assembléia, porque ele tinha que combater Roberto Requião. Mas, eu ganhei a eleição dele e fui o Líder da Bancada do PDT com o voto de Albino Corazza, de Toledo, meu amigo Albino Corazza e amigo também do Duílio Genari, apesar das divergências políticas e com o voto do Cezar Silvestri, do Albino Corazza e o meu. Emília Belinati, a pedido de Jaime Lerner, votou para o Greca; e o Algaci Túlio, que era subserviente ao Jaime Lerner, votou também, e só sobrou o Greca, perdeu para mim. Tudo bem, perdeu na idade. E hoje, Sr. Presidente, aí está o Rafael Greca, abraços e beijos com o poder, Algaci Túlio idem. E aí está, como o mundo muda as coisas. E eu ganhei...

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Essa vitória teve as bênçãos do Presidente Anibal Khury na época não é?

O SR. GERALDO CARTÁRIO (PDT)

Sem dúvida, sempre. Mo entanto, Sr. Presidente, eu saí do PDT por perseguição, porque o Sr. Rafael Greca de Macedo, como os senhores sabem, tem uma eloquência muito forte, convenceu no Rio de Janeiro que eu era contra Brizola, e eu que sempre votei para o Brizola, e conversei, a pressão foi tão grande que eu saí do partido. Saí, sabe por quê? Porque o Álvaro Dias também estava sendo aliado do processo político do Paraná, pelo o que ele elegeu no Palácio Iguazu, Roberto Requião.

Roberto Requião começou a fechar as portas e a perseguir Álvaro Dias. Álvaro Dias falou a mim e ao Deputado Luiz Carlos Martins que gostaria que o acompanhássemos, e nós o acompanhamos, criamos um partido, o PST. Aí o Governador Álvaro Dias, impressionado pelo poder do Roriz em Brasília, fez uma composição partidária. Resultado: Álvaro Dias perdeu o partido, nós perdemos. Foi quando eu entrei no PTB, a pedido de Anibal Khury. V. Exa. Nelson Justus sabe muito bem porque foi companheiro de Anibal Khury no mesmo partido.

Acontece que o Sr. José Eduardo de Andrade Vieira teve alguns conflitos, divergências com o meu saudoso amigo Anibal Khury. Aí o Anibal Khury, a imprensa estava lá na sala dele, eu cheguei e ele falou: “Cartário, quero saber de você e do Luiz Carlos Martins, se eu sair do PTB você me acompanha?” Eu falei: acompanho. E eu viajei. Quando voltei estava no PFL. Com todo respeito, Presidente Nelson Justus, mas era um partido que não dava certo para mim, ainda mais que foi o partido mais difícil de ser eleito Deputado. Mas o Anibal Khury nos animava: “Cartário, fique calmo, o Jaime Lerner agora vai entrar no PFL, vai eleger 10, 12, 14. Se não eleger o Jaime Lerner, chama os suplentes e você assume, não se preocupe”. E aí eu fiquei no PFL.

Hoje quero dizer a esta Casa que estou retornando para Casa, estou voltando para o PDT. Se tiver que sair do PDT eu encerro a minha carreira política, porque eu iniciei no PDT e quero terminar no PDT. Acho que está na hora de fazermos uma reflexão, inclusive sempre falei que sou a favor da fidelidade partidária, mas desde que o Presidente do partido, Deputado Waldyr Pugliesi seja democrático, e que não aceite que algum integrante da Executiva apóie um candidato de um outro partido da mesma cidade, que foi o que o Requião fez comigo, porque aí o Supremo Tribunal Federal já determinou: “Perseguição, não”. E eu fui perseguido.

Então, mesmo que eu tivesse me afastado antes de 27 de março, não corria risco nenhum, porque tenho os motivos suficientes porque saí do partido, porque, Sr. Presidente, a eleição era no domingo, na quarta-feira o TRE preparou para jogar para me caçar o registro, a pedido do Prefeito da Fazenda, porque eles não queriam que o meu nome constasse na urna eletrônica. Aí eu pedi

socorro ao PMDB, ao departamento jurídico do PMDB. Sabe o que eles falaram? Durval, é duro isso, porque você sabe que o partido poderia entrar como litisconsórcio. Certo, o PMDB, se entrasse, eu seria julgado só depois da eleição. Consultaram o Governador Requião e o Governador falou: “Eu não quero encrência com o Prefeito da Fazenda, que está me apoiando. Ele é do PPS e traiu o Rubens Bueno, trouxe o Prefeito de Colombo comigo. E agora estamos fortalecidos com o PPS. Traíram o Rubens Bueno e o Cartário que se vire sozinho.”

Então, o PMDB faltou com apoio a seu filiado. Sendo que eu estava no PMDB por empréstimo, porque eu não tinha sido eleito pelo PMDB. Fui eleito pelo PSL. Não devia nada daquele mandato ao partido. No entanto, eu estava lá.

Essa é a história porquê mudei de partido. Fiquei 20 anos na ARENA e no PDS. E não fui eu que acabei com a ARENA, nem com o PDS. De lá para cá não nos acertamos mais.

Espero que me acerte agora, não porque o Osmar Dias vai ser Governador, esse é outro departamento, mas me sinto muito bem junto com o Deputado Luiz Carlos Martins. Parece que o meu destino é ficar com ele por muito tempo. Não sei se é pela afinidade de sermos descendentes lusobrasileiros. Pouca gente sabe que meu pai é nascido em Bauru e ele é de Birigui.

Apresentei aqui um título e gostaria que fosse aprovado, para Osvaldo Trevisan, que foi Deputado de Cornélio Procópio. Por quê? Porque ele honrou o Paraná! Quando tinha um louco de Cascavel querendo dividir Paraná e Santa Catarina, lá estava Osvaldo Trevisan, eu, Algaci Túlio e outros, de gabinete em gabinete em Brasília, para que não votassem o projeto. E Osvaldo Trevisan estava lá porque já tinha sido Deputado Federal. E ele não é paranaense, é da cidade do meu pai.

Concedo um aparte ao Deputado Péricles e Mello.

O Sr. Péricles de Mello (PT)

Parabéns pelo seu pronunciamento. Ele é positivo.

V. Exa. traz em discussão uma questão histórica para o Paraná, que é o investimento do Governo Federal no ensino superior.

Só discordo quando V. Exa. critica o atual Governo, critica a Gleisi, que apesar de não ser Senadora é uma figura pública, representativa, tem uma história, foi Diretora da Itaipu, será a futura Presidente do nosso partido. E também quando V. Exa. critica pontualmente o Governo Lula.

Veja, a questão do ensino superior no Paraná é histórica. Passaram muitos Presidentes, e quem se preocupou em federalizar alguma universidade?

Para resolver essa questão, que é grave, temos que mobilizar todas as forças vivas do Paraná. E concordo.

Estive conversando recentemente com a Secretária da Ciência e Tecnologia sobre a Universidade do MERCOSUL. Poderíamos transformar a UNIOESTE em Universidade do MERCOSUL. É um pleito importante.

Mas isso precisa de um acúmulo de forças políticas, um debate interno nas universidades.

Concordo e parabeno V. Exa., inclusive gostaria de ter uma cópia do discurso do Senador Osmar Dias.

Quero convidá-lo para participar de um debate na Comissão de Educação.

Agora, se a Fazenda Rio Grande não está recebendo a ponte, tem que ver o porquê.

Ponta Grossa é Governo do PSDB. O Deputado Ângelo Vanhoni esteve lá, anunciando R\$ 42 milhões para obras nas rodovias que não estão previstas no contrato de concessão. Obras extraordinárias, de importância para a cidade.

A cidade está recebendo R\$ 1 milhão e 200 mil para o restaurante popular. Só não recebeu antes porque o Prefeito não quis, no início.

É visível a diferença do Brasil em cada cidade neste país. Fui Prefeito, peguei o final do Fernando Henrique Cardoso e não recebi quase nada.

Hoje, Ponta Grossa está recebendo milhões e milhões de reais. A questão habitacional está renascendo no Brasil.

Então, acho que do ponto de vista estruturante, o Governo Lula deve ser olhado com muito carinho, porque o Brasil está renascendo em muitas coisas e coisas que ninguém está percebendo. A participação popular, a democracia, os quilombolas, as comunidades tradicionais, a grande revolução na educação que está acontecendo, inclusive no nível do ensino superior, 150 escolas técnicas, o PROUNI.

Então, concordo com o seu pronunciamento enquanto proposição, mas acho que as cutucadas que o senhor dá no PT não têm razão de ser, mesmo na questão do pedágio.

Eu estava com o senhor, aqui, não conseguimos 18 assinaturas para fazer uma Comissão Parlamentar de Inquérito, na época do Governador Jaime Lerner, sobre o pedágio abusivo no Paraná. Hoje, o Governo Federal faz um pedágio, o Brasil precisa de recursos internacionais, está correndo risco de um apagão rodoviário. Só Curitiba tem 1 milhão de automóveis. Todas as estatísticas demonstram que o número de automóveis no Brasil vai crescer cada vez mais e o Governo está captando recursos internacionais, mas fez uma tarifa muito inferior, muito mais complexa, um estudo muito mais aprofundado se comparado ao pedágio do Paraná.

Então, acho que o Governo Federal merece elogios nesse sentido e quero ser seu parceiro na questão de lutar por mais recursos para as universidades paranaenses.

Obrigado!

O SR. GERALDO CARTÁRIO (PDT)

Quero dizer que quem puder, certamente vai se pronunciar. São os 2 ex-Secretários dos Transportes do Paraná, que são os Deputados Waldyr Pugliesi e Nelson Justus que, certamente, acompanharam e leram detalhadamente os compromissos com as concessionárias.

Depois que eles tomarem conhecimento dos compromissos com as concessionárias espanholas, poderão dizer o que está errado. Por enquanto, acho que nenhum dos dois pode falar, porque não conhecem de perto esse problema, porque têm que ver os investimentos, porque se for só para fazer a maquiagem das estradas não precisariam vir os espanhóis, poderiam vir os japoneses também, os ingleses, sei lá.

Bom, Sr. Presidente, muito obrigado pela consideração de, ao estreitar no PDT, V. Exa. me alongou o tempo.

Muito obrigado!

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Encerrado o Pequeno e o Grande Expedientes, passa-se ao Horário das Lideranças.

Consulto o PTB se fará uso do seu tempo. Com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

Liderança do PTB: Deputado Jocelito Canto

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, o senhor sabe porquê eu falo todo dia, não é? O senhor já deve imaginar porque eu falo todo dia, não é? É para registrar a minha presença, porque eu nunca deixo de comparecer às Sessões. Se algum dia alguém disser que eu faltei, eu vou lá e pego a fita: está aqui, dia tal eu falei.

Sr. Presidente; Srs. Deputados; Sras. Deputadas, hoje representadas pela Deputada Rosane e pela Deputada Beti.

Eu estava vendo, aqui, não entendo nada de ações, sou péssimo em ações, mas agora recebi uma informação de que as ações da COPEL subiram, valorizaram. É verdadeira essa informação? É, porque não entendo nada de ações, mas hoje de manhã, no rádio, já dava essa notícia de que subiram as ações da COPEL. Por que subiram? Por que não entrou no pedágio? É por isso? Que bom então, não é? Começamos a ver, se fala em subiu, desceu, mas o importante é que a COPEL é uma das grandes empresas neste país, gerando energia, a tarifa social da luz, aliás, um belo projeto esse da Luz Fraterna, que eu apresentei nesta Casa em 1996. Eu apresentei como Deputado, no meu 1º mandato, o Projeto Luz Fraterna e não foi aceito, naquela época. O Governo entendia que não devia passar o projeto, mas cada Governo tem um jeito de ser, não é?

Eu queria falar, hoje, Sr. Presidente, sobre a saúde. Aquietou-se a saúde em Ponta Grossa, Deputado Péricles? Parou a saúde em Ponta Grossa? O que houve? Deu uma parada em tudo em Ponta Grossa, não é? Que milagre é esse? Precisamos levar isso para o mundo! Parou a saúde em Ponta Grossa, não está faltando mais nada: tem leito de UTI sobrando; o hospital regional está na 5ª laje, estive lá hoje, eu gosto de subir lá, adoro aquele cemité-

rio. Eu adoro subir naquele cemitério, lá em cima, andar. “Não vai sair o hospital!” Puxa, Deputado Péricles, estamos na 5ª laje!

Alguém me perguntou ontem, tecnicamente, como é que se analisa uma saúde sem politicagem, sem sacanagem, sem malandragem? Vendo se ela melhorou ou piorou. Vamos analisar: Ponta Grossa é uma cidade de 400 mil habitantes, hoje. Pode o censo não dizer isso, mas é. Tinha 17 leitos de UTI quando começou ter essa confusão. Estou com os dados aqui. Hoje, 69 leitos de UTI em Ponta Grossa. Melhorou ou piorou? Melhorou! O pronto-socorro, Deputado Péricles, V. Exa. foi Prefeito, também fui. Nunca recebi um centavo do estado para tocar aquele pronto-socorro. Está aqui: ampliação do Hospital Infantil de Ponta Grossa e Hospital Municipal. Investimentos de quase R\$ 6 milhões.

O Hospital da Criança prontinho, só falta comprar os equipamentos e aí vi o Prefeito Wosgrau dizer, diante do Secretário, a inauguração dos leitos da UTI do pronto-socorro que V. Exa. estava lá, o Prefeito mandou um recado ao Governador: “Já estou licitando os médicos, compre os equipamentos”. Como é bom ser Prefeito quando se têm os equipamentos, que não precisa comprar!

Quanto custou os 10 leitos de UTI que estão lá no pronto-socorro de Ponta Grossa? Duzentos e noventa e nove mil, trezentos e sessenta e cinco reais e oitenta centavos. É o preço dos leitos de UTI que estão lá funcionando, e tem vaga hoje.

Nunca teve radioterapia em Ponta Grossa. As famílias tinham que vir de ônibus, passar o dia aqui, porque a radioterapia quase mata todo mundo. Sabe quanto está se gastando por mês, hoje, lá, em radioterapia? Estou com a fatura deste mês aqui. Trezentos e noventa e dois mil por mês. Não existia isso, Deputado Pugliesi. O Governador autorizou.

As ambulâncias do SIATE, do SAMU, o novo hospital lá no Franco da Rocha, o Hemocentro. E daí, parece que parou tudo! Não tem mais problema de saúde em Ponta Grossa! Parou! Acabou! Está resolvido!

Mais alguns dias e vou voltar a este tema. Vou trazer um negócio sensacional aqui. Vocês sabem que adoro pesquisar. Vou trazer aqui um dado, aí quero ver se a imprensa vai publicar. Vou trazer um dado sobre UTI em Ponta Grossa. Quem usou UTI em Ponta Grossa? Aguardem. Que naqueles momentos de dor e sofrimento que passávamos, que éramos acusados, teve gente que usou UTI em Ponta Grossa. Para alguns tinha, mas para outros não. Quero saber que milagre é esse que para uns tinha, particular, e para o nosso povo não tinha, porque é muito fácil falar, e convivi aqui um período de 2 anos com o velho Anibal Khury.

Alguns não gostavam dele, outros gostavam. Sempre fui simpatizante, porque ele sempre era uma pessoa voltada para ajudar e o Anibal dizia assim: “Atrás do balcãozinho é outra história”. Na frente do balcãozinho, Deputado Edson, o senhor chega lá: “Me dá uma

cachaça, com limão, coisa e tal.” O cara lá do bar te serve. Agora, o cara que está atrás do balcão, tem que preparar a cachacinha, colocar o limãozinho, não sujar, colocar o gelo, tudo, tem que organizar. Aí, daqui a pouco, o cara compra o bar e tem que ir para trás do balcãozinho. Daí ele percebe que não é só xingar, não é só dizer que faz, não é mentir, não é enganar. Aí ele percebe que atrás do balcãozinho é outra história.

Então, gosto muita desta frase memorável que diz isto, mas o povo também precisa aprender a conhecer os artistas, porque, Deputado Waldyr, tem uma frase que este filósofo aqui inventou, filósofo popular Jocelito, que diz assim: só existe um dia em que todos os homens são iguais aqui nesta terra. O senhor sabe qual é este dia? Quando nasce não é. O pobre nasce a caminho do hospital na ambulância. O rico nasce lá, ou em Curitiba, onde quiser. Nasce cheio de regalias. Quando se morre, não dá nem para falar! O rico vai para aquelas coisas grandes lá, grandão, túmulo, caixão de R\$ 10 mil, e coisa e tal, e o pobre vai para a terra, de graça. Mas tem um dia que todos são iguais, só tem um dia, um dia só, esse dia é o dia da eleição - ninguém tem dois - cada um tem um, Sr. Presidente, cada um tem um. O rico tem um, o pobre tem um. E aí que vem a diferença, porque os pobres têm mais, nesse dia os pobres têm mais.

Sr. Presidente, só existe um dia em que os homens todos são iguais: é o dia do voto. Naquele dia é o voto da liberdade, da responsabilidade, do dever. Não é o dia do voto do marketing, da sacanagem, da crítica malandra, da crítica para atrapalhar, não! No dia da eleição todos os homens são iguais. Esta frase fui eu que inventei, Sr. Presidente, e acho que é justa. Só existe um dia neste mundo que os homens são iguais, o dia da votação, ninguém tem dois. Tem uns que compram votinhos por aí de vez em quando, dá um jeitinho de comprar, compra um cabo eleitoral malandro lá no bairro que se vende por porcaria e está vendendo um pedaço do filho dele. Está enganando a sociedade quando ele vende seu filho, quando ele vende o seu voto.

Mas, enfim, Sr. Presidente, era isto que eu queria dizer hoje, dizer que eu avalio a saúde assim - vai melhorando - está com 100%? É claro que nunca vai estar. É como o Prefeito de Ponta Grossa, na campanha, teve a infelicidade de dizer que iria acabar com a fila, Sr. Presidente. Vamos acabar com a fila - coitado do Wosgrau - tem fila até no consultório particular, tem fila, como disse o Deputado Belinati, até para ver a foto da Mônica Velozo, tem fila para comprar, tem fila para comer aqui na Assembléia, tem fila para tudo, como é que não vai ter fila para saúde?

Então, Sr. Presidente, a saúde aos poucos vai melhorando e quero agradecer esta Casa, que ontem nós aprovamos aqui um voto de cumprimentos ao Dr. Gilberto Martin, um homem que tem ajudado muito a saúde deste Paraná, uma pessoa simples que tem nos acompanhado e tem nos ajudado. A saúde nunca chegará naquilo que nós queremos, 100%, mas nós temos que perseguir

os ideais, com trabalho, procurando fazer coisas como hoje. Eu me encho de orgulho ao abrir de manhã os braços e agradecer a Deus, porque Ponta Grossa, com seus 184 anos, nunca na história da nossa cidade, nunca, alguém pensou em construir um hospital regional e aquele hospital está chegando no 5º andar, no 5º andar. Daqui a 40 anos eu não vou estar mais aqui, tenho certeza que não vou estar, mas a minha filha vai estar, o meu filho que o senhor conheceu agora vai estar, e quando ele passar em frente vai dizer - olha, lá atrás meu pai ajudou a construir esse hospital, alguém teve coragem, o Governo fez, nós ajudamos, o Deputado Péricles está aqui, também ajudou e o hospital está lá - era a única região que não tinha - Londrina tem, Maringá tem, Cascavel tem. Ponta Grossa, Deputado Péricles, tem! Está melhorando ou não está? Está, não é?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No horário do PV com a palavra a Deputada Rosane Ferreira.

Liderança do Bloco PSB/PR/PRB/PV: Deputada Rosane Ferreira (PV)

A SRA. ROSANE FERREIRA

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputada Beti Pavin.

Infelizmente o Deputado Romanelli não está presente na Sessão de hoje, mas na segunda-feira anterior ele se referiu, numa das suas colocações da necessidade de uma política de controle da natalidade. Eu fiz uso da palavra e defendi uma política efetiva de planejamento familiar. Quero usar esse espaço para fundamentar a minha fala: Em 1960 a taxa de fecundidade, no estado do Paraná era seis. Isto queria dizer que cada família do estado teria, em média 6 filhos. A década de 60, onde foi sintetizado, em laboratório, o hormônio e criou-se a pílula anticoncepcional. Em 1991, taxa de fecundidade no estado do Paraná de 2, 89. Cada família estaria tendo menos de 3 filhos. Em 2000, taxa de fecundidade de 2,39. Em 2000 estimava-se para o ano de 2010 uma taxa de fecundidade de 2, onde cada família teria 2 filhos.

Pois bem, na “escolinha” desta terça-feira, que eu assisto à noite, na minha casa, enquanto vejo meus e-mails, enquanto arrumo o uniforme que meus filhos vão vestir no dia seguinte, enfim, enquanto toco a minha vida pessoal, nós tivemos lá um senhor do IPARDES que colocava que a taxa de fecundidade no estado do Paraná hoje está em 1,7 ou seja, menor do que o IBGE havia previsto para 2010.

Mas ainda se fala muito em controle de natalidade, por quê? Porque quem tem filhos e mais filhos são as pessoas mais pobres, são as mulheres e homens mais pobres. Lembrando sempre que a primeira coisa que leva uma mulher a engravidar e muitas vezes a engravidar sem desejar, a primeira coisa é um homem, não é verdade?

A segunda coisa que leva uma mulher a engravidar sem desejar, é a falta de conhecimento do funcionamento do seu aparelho reprodutivo. Eu sei de muitas outras histórias de mulheres que engravidam sem querer. O Deputado falava que nós precisamos de uma política de controle de natalidade. Pois eu ainda continuo insistindo, nós precisamos de uma política de investimento maciço em educação e em informação.

Muitas mulheres pobres engravidam, e muitas mulheres pobres mesmo tendo 2, 3, 4, 5 filhos continuam engravidando e sentem-se muito bem grávidas. Por quê? Porque só quando estão grávidas são tratadas com um mínimo de dignidade! Só quando estão grávidas chegam aos centros de saúde e têm a sua consulta garantida do pré-natal, têm um profissional de saúde que as tocam. Só quando estão grávidas, às vezes - isso também não é regra - conseguem um lugar no ônibus. Muitas mulheres, de classe pobre, engravidam e dizem assim para nós no centro de saúde: eu gosto de ficar grávida porque quando estou grávida o meu marido me procura menos. Deputado, acredita nisso? Tem na gravidez uma forma de não se submeter a violência sexual no dia-a-dia das suas casas, dos seus barracos. Então, essas coisas que temos que pensar.

Às vezes nesta Casa vejo muitas incoerências, às vezes vejo falas defendendo a diminuição da maioridade penal, ou defendendo a pena de morte. É a mesma fala que condena o aborto. Como se abortar fosse um crime, mas matar depois de crescido a quem tudo foi negado durante uma vida inteira fosse legítimo. É essa a nossa posição, precisamos de informação, de divisão justa de renda, precisamos que a taxa de fecundidade se estabilize, porque ela caiu em 30 anos de 6 para 2, em 40 anos de 6 para 1,7, mas caiu aqui.

Fiz uma conta rapidinha, temos aqui uma média de 2 filhos por Deputado, 2 tem 4, vários tem 1 e alguns não tem nenhum. Temos uma média de 2 filhos. Eu tenho um de 14 e um de 10. E tenho uma política desde que me casei, de planejamento familiar compartilhado com o meu esposo. E é fundamental que os homens façam parte da política de planejamento familiar. Uma mulher engravida a cada 9 meses, quantos filhos um homem faz nesse mesmo período se quiser? Quantos filhos? E é muito triste que todas as políticas de planejamento familiar vão ao encontro ou ao alcance só do gênero feminino. Uma vez lá em Araucária, enquanto dirigi um Departamento de Saúde eu discutia com o ex-Prefeito Rizio e dizia para o Prefeito que era muito importante que nós implantássemos, lá em Araucária um ambulatório de vasectomia, para tirar a sobrecarga das laqueaduras das mulheres, porque é muito mais simples fazer uma vasectomia. E o Prefeito naquele tempo me questionava e achava, que não haveria aceitação dos homens a esse procedimento médico. Pois bem, conseguimos implantar esse ambulatório, isso já tem quase 10 anos e hoje tem um trabalho efetivo. E hoje os homens aceitam com muita tranquilidade esse procedimento. Ou seja, a cada dia cabe a nós

difundirmos todos os métodos contraceptivos. Mas temos que estar muito longe e tomar muito cuidado com a história de esterilizar pobre. Porque essa não é a política ideal para o nosso país. Temos que pensar sim em diminuir as desigualdades, as diferenças entre ricos e pobres, as diferenças de acesso a tudo.

Sempre tenho em mim uma verdade, não acredito que esse país esteja dividido em negros e brancos, homens ou mulheres, dividido entre pobres e ricos. Esse país é dividido, sim entre pobres e ricos, entre quem tem e quem não tem oportunidade. E a oportunidade começa lá na hora de ser concebido. Depois de amanhã vamos estar comemorando o dia das crianças. Tomara que cada criança desse estado seja concebido num ato pensado, num ato prazeroso, mas num ato pensado. Tomara um dia que cada criança dessa terra nasça em condições dignas, para que consigamos diminuir as desigualdades entre ricos e pobres.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

PSDB, PMDB, Liderança do Governo Oposição, Liderança do Governo.

Passa-se à Ordem do Dia.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Ofício s/nº subscrito pelo Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente, comunicando o seu ingresso no PDT - Partido Democrático Trabalhista, no dia 05 de outubro, passando a integrar a bancada do partido nesta Casa. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Ofício nº 099/07, subscrito pelo Deputado Felipe Lucas, constante do expediente, justificando sua ausência na presente Sessão, em virtude de participação em reunião do Ministério de Educação, a ser realizada em Brasília - Distrito Federal. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Indicação nº 318/07, de autoria do Deputado Nereu Moura, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado, ao Sr. Secretário da Segurança Pública e ao Secretário da Educação a implantação de um projeto de monitoramento eletrônico através de câmeras de vídeo em todas as escolas da rede estadual de ensino. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 319/07, de autoria do Deputado Luiz Malucelli, constante do expediente, indicando ao Sr. Pre-

sidente da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL e da operadora/concessionária Brasil Telecom a necessidade de implantação dos serviços de transmissão de voz e dados pelo sistema ADSL (Linha Digital Assimétrica de Assinantes) para o distrito industrial de Trigolândia e as comunidades de Boa Vista e Campina dos Maias. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de resolução de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei em número de 03 (três), de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3005, de autoria do Deputado Duílio Genari, constante do expediente, solicitando justificativa de ausência para o Deputado Ney Leprevost na presente Sessão, por estar em missão oficial na condição de Presidente da Comissão de Saúde desta Casa de Leis. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Requerimento nº 3011, de autoria do Deputado Antonio Belinati, constante do expediente, solicitando a antecipação da Sessão Ordinária do dia 11 de outubro (quinta-feira) para logo após o término da Sessão Ordinária e a diminuição de interstício. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Com a palavra o Deputado Waldyr Pugliesi.

O SR. WALDYR PUGLIESI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Só para registrar a presença do Cedrick Pugliesi, futuro Deputado, não sei quando, e da minha filha Maitê Pugliesi.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Um privilégio receber o futuro Parlamentar, bem como a senhora sua mãe.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 525/07, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que concede o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao atleta Vanderlei Cordeiro de Lima. **Aprovado. (Publ. no DA nº 084/07, de 17/07/07, em Projetos de Lei).**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 540/07, de autoria do Deputado Dr. Batista, que declara de utilidade pública a Associação Maringaense de Saúde Mental, com sede e foro no município de Maringá. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 540/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Maringaense de Saúde Mental (AMSM), com sede e foro no município de Maringá.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 08.10.07.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
ANTONIO BELINATI - Relator

2ª Discussão**ITEM 03**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 228/07, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, que estabelece prazo para que os veículos sinistrados fiquem expostos nos postos da Polícia Rodoviária Estadual e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CS. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 376/07, de autoria do Deputado Ney Leprevost, que estabelece normas de proteção à vida dos motociclistas comerciais. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CS. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão**ITEM 05**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 495/07, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que autoria do Poder Executivo a doar ou efetuar cessão de uso à Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos, de imóvel que especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Pub. no DA nº 078/07 de 10/07/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 495/07

P A R E C E R :**Preâmbulo**

O presente projeto de lei tem por objetivo autorizar a doação ou a cessão de uso de imóvel de propriedade do estado à Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos, em que o

mesmo será destinado para as instalações da Agência do INSS em parceria com a Previdência Social.

Fundamentação

A pretensão do projeto encontra respaldo constitucional tendo em vista tratar-se de bem do domínio público. O doutrinador Cretella Júnior, citado por Maria S. Z. Di Pietro, explica que bens do domínio público são o conjunto das coisas móveis e imóveis de que é detentora a administração, afetados quer a seu próprio uso, quer ao uso direto ou indireto da coletividade, submetidos a regime jurídico de direito público derogatório e exorbitante do direito comum.

Desta forma, a Constituição do Estado dispõe:

Art. 53. Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do estado, especificamente:

XIII - bens do domínio público;

XIV - aquisição onerosa e alienação de bens imóveis do estado; (grifos nossos)

Art. 10. Os bens imóveis do estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social. (grifos nossos)

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Logo, verifica-se a subsunção do projeto ao exigido em lei, portanto em razão dessa previsões constitucionais não há óbice quanto a sua tramitação. Porém, em razão da falta de previsão quanto a eventual destinação diversa dada ao imóvel que se pretende doar ou efetuar cessão de uso, sugere-se a emenda aditiva em anexo, com fulcro no artigo 137, parágrafo 3º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná.

Conclusão

Diante dos fatos apresentados, e pela constitucionalidade aferida, opina-se pela aprovação do presente projeto na forma da emenda aditiva em anexo.

Sala das Comissões, em 14.08.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA ADITIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 495/07

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 3º do Regimento Interno desta Casa de Leis, faz-se

necessária a apresentação da presente emenda supressiva, para contar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a doar ou efetuar cessão de uso à Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos, do imóvel objeto da Matrícula nº 9734 do Livro nº 2 do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Dois Vizinhos, estado do Paraná, constituído pelo lote nº 06 (seis) da quadra nº 108 (cento e oito), localizado à R. Souza Naves nº 77, do Patrimônio Dois Vizinhos - Parte Norte, com 638,575m2, contendo uma edificação em alvenaria, com 238,48m2, o qual será destinado para as instalações da Agência do INSS, em parceria com a Previdência Social.

Parágrafo Único. Qualquer destinação ao referido imóvel diversa da prevista nesta lei, implicará em imediata reversão do imóvel ao patrimônio do estado.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.”

Sala das Comissões, em 14.08.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES
E COMUNICAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 495/07

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Caíto Quintana, tem a finalidade de autorizar a doação ou a cessão de uso de imóvel de propriedade do estado à Prefeitura de Dois Vizinhos, para fins específicos de instalação de uma Agência do INSS, em parceria com a Previdência Social.

Analisando a matéria e em conformidade com o parecer muito bem fundamentado pelo Relator Carlos Simões, aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça - CCJ, quanto à legalidade e constitucionalidade, e, sendo matéria de relevante interesse dos municípios de Dois Vizinhos, Boa Esperança do Iguaçu, Cruzeiro do Iguaçu, São Jorge do Oeste, Nova Prata do Iguaçu, Salto do Lontra, Sulina, Saudade do Iguaçu, São João e Verê, cuja iniciativa beneficiará toda a população daquela região, ofereceremos parecer favorável, recomendando sua aprovação.

Sala das Comissões, em 17.09.07.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 501/07, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, que denomina de Governador Leonel Brizola a ponte sobre o rio Iguaçu, localizada entre os municípios de Realeza e Capitão Leônidas Marques. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 078/07, de 10/07/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 501/07

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, denomina de Governador Leonel Brizola a ponte sobre o rio Iguaçu, localizada entre os municípios de Realeza e Capitão Leônidas Marques.

Analisando a proposição do nobre Deputado, verificou-se que o projeto não encontra óbice no âmbito constitucional, tendo em vista o que preconiza a Constituição Federal:

Art. 24. Compete à união, aos estados e ao distrito federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico.

Quanto à técnica legislativa, foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 095/98.

Portanto, chamada esta relatoria a se manifestar, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 04.09.07.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES
E COMUNICAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 501/07

P A R E C E R :

Relatório

O Projeto de Lei nº 501/07, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, autoriza o Poder Executivo do Estado do Paraná a denominar a ponte sobre o rio Iguaçu, localizada entre os municípios de Realeza e Capitão Marques, com o nome de Governador Leonel Brizola.

A proposição já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, quanto à legalidade e constitucionalidade de mesma.

Parecer

Em razão do exposto, estando preenchidos todos os requisitos, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 17.09.07.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente

PÉRICLES DE MELLO - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 503/07, de autoria do Deputado Dr. Batista, que altera a alínea “f”, do artigo 6º, da Lei nº 12327, de 21 de setembro de 1998, que dispõe sobre as atividades de despachantes de trânsito. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CS. **Aprovado. (Publ. no DA nº 078/07, de 10/07/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 503/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto ora em análise tem por foco alterar a legislação estadual referente aos despachantes de trânsito, de modo que a certidão exigida verse apenas e tão somente sobre antecedentes criminais que possuam efeito de trânsito em julgado.

Legitimidade e Constitucionalidade

A iniciativa deste projeto está em consonância com o disposto na Constituição do Estado do Paraná, que em seu artigo 53 assevera:

Art. 53. Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do estado, especificamente:

IX - servidores públicos da administração direta, autárquica e fundacional, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria de civis, reforma e transferência de militares estaduais para a inatividade;

Este é exatamente o caso ora sob comento, como se aduz pela simples leitura do texto da propositura.

Vencido este aspecto preliminar, passa-se agora para uma análise detalhada sobre a alteração pretendida. Dessume-se que quem cria, organiza um projeto de lei que trata sobre o provimento de certa classe de servidores tem o condão de alterá-la, por consectário. Assim é que se mostra plenamente possível a alteração neste passo buscada, porque está a se regular o provimento, mesmo que de modo indireto, da classe de despachantes no Paraná. Pois bem, reitera-se, quem pode criar, pode ainda alterar, sem ferir qualquer aspecto de legalidade ou constitucionalidade.

Prosseguindo no escólio, há ainda que se perquirir sobre a técnica legislativa empregada na propositura. Neste particular, não existe, pelo cotejo com a Lei Complementar nº 095/98, nada que possa macular este projeto de lei neste ponto. Até mesmo porque uma lei deve ser alterada por outra, que verse preferencialmente apenas sobre a lei a ser alterada.

Conclusão

Diante do exposto, em sede de parecer, somos pela aprovação do presente projeto, pelo respeito aos requisitos de legalidade e constitucionalidade.

Sala das Comissões, em 20.08.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 503/07

P A R E C E R :

De autoria do Sr. Deputado Dr. Batista, o presente projeto de lei tem como objetivo alterar a alínea

“f”, do artigo 6º, da Lei nº 12327, de 21 de setembro de 1998, que dispõe sobre as atividades de despachantes de trânsito.

Chamada esta Comissão de Segurança Pública a opinar, entendendo que nada obsta ao seu prosseguimento, apresentamos parecer favorável ao projeto de lei em análise.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04.10.07.

(aa) MAURO MORAES - Presidente
NEY LEPREVOST - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 542/07, de autoria do Deputado Professor Luizão, que autoriza o Poder Executivo a doar à Companhia de Habitação do Paraná - COHAB, o imóvel que especifica, localizado no município de Pinhais. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ E COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 086/07 de 02/08/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 542/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei tem por fim autorizar o Poder Executivo a doar à Companhia de Habitação do Paraná - COHAB, imóvel localizado no município de Pinhais, conforme especifica.

Fundamentação

Com relação ao assunto, a Constituição Estadual determina mais especificamente, em seu artigo 10:

Art. 10. Os bens imóveis do estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

O projeto está em pleno acordo com tal disposição constitucional, visto que se trata de projeto de lei que autoriza a doação de imóvel do estado a uma pessoa jurídica de direito público interno, no caso exposto à Companhia de Habitação do Paraná (COHAB).

Quanto à iniciativa para legislar, o artigo 65 da Constituição Estadual determina:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifos nossos)

Conclusão

Em sede de análise prévia, concluímos que o Projeto de Lei nº 542/07, quanto à legalidade e constitucio-

nalidade, não possui impedimento ao seu normal seguimento.

Ante ao exposto somos favorável ao presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 28.08.07.
(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 542/07

P A R E C E R :

O projeto de lei em análise tem como escopo a doação do imóvel ao município nas hipóteses que especifica.

Aos 28 de agosto do ano corrente, tal projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, passando então a esta Comissão para que, de acordo com as atribuições regimentais, se manifeste acerca de sua viabilidade.

Assim sendo, em não havendo óbice quanto ao mérito da proposição em tela, esta comissão se manifesta exarando parecer favorável ao projeto em questão.

Sala das Comissões, em 17.09.07.
(aa) MARCELO RANGEL - Presidente
ELIO RUSCH - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 3002 e 3003, de autoria do Deputado Plauto Miró, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3004, de autoria do Deputado Duílio Genari, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3006 e 3007, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3009 e 3010, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3013 e 3014, de autoria do Deputado Péricles de Mello, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3015, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3020, de autoria do Deputado Ribas Carli Filho, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 3022, de autoria do Deputado Luiz Malucelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para logo após o término da presente, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 074/07.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 495, 501, 503 e 542/07.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 203, 506, 587/07 e do Projeto de Resolução nº 031/07.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Comissão Executiva

Atos

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1976/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover MARCIO ANTONIO MINATTI, para exercer cargo em Comissão, junto a Presidência, a partir de 01 de setembro de 2007.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 28.09.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1977/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover DANIELI PATENE, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete da Deputada Rosane Ferreira, a partir de 01 de setembro de 2007.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 28.09.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1978/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover AMERICO ALVES PEREIRA NETO, para exercer cargo em Comissão, junto a Presidência, a partir de 01 de setembro de 2007.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 28.09.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1979/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 9677, datado de 18 de setembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, LOURIVAL VIEIRA ALVES, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Antonio Belinati, a partir de 01 de setembro de 2007.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 28.09.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1980/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 9356, datado de 11 de setembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, CARLOS ALBERTO DA SILVA, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Mauro Moraes, a partir de 01 de setembro de 2007.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 28.09.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1981/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 9029, datado de 31 de agosto de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, DINORAH BOTTO PORTUGAL NOGARA, do cargo em Comissão, do Gabinete da 1ª Secretaria, a partir de 01 de setembro de 2007.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 28.09.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1982/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 9082, datado de 03 de setembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, INI MARCIA SGUISSARDI, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Luiz Fernandes Litro, a partir de 01 de setembro de 2007.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 28.09.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1983/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 9354, datado de 11 de setembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, JOSE ODONE DOS SANTOS, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Luiz Fernandes Litro, a partir de 01 de setembro de 2007.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 28.09.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1984/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 9133, datado de 04 de setembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, DEIVIDI RAFAEL DZIURKOWSKI, do cargo em Comissão, do Gabinete da 1ª Secretaria, a partir de 01 de setembro de 2007.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 28.09.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1985/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 9188, datado de 04 de abril de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, JULIANA NOVELO, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Ney Leprevost, a partir de 01 de setembro de 2007.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 28.09.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1986/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 9126, datado de 04 de setembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, SENO STAATS, do cargo em Comissão, do Gabinete da Deputada Luciana Rafagnin, a partir de 01 de setembro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 28.09.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1987/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 9250, datado de 05 de setembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, KELI DAIAN DE MOURA MORAES, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Nereu Moura, a partir de 01 de setembro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 28.09.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1988/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 9217, datado de 05 de setembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, SIMONE RIBEIRO PINTO, do cargo em Comissão, do Gabinete da Liderança do PSDB, a partir de 01 de setembro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 28.09.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1989/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 9257, datado de 05 de setembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, LUIS CARLOS VIEIRA, do cargo em Comissão, do Gabinete da Administração, a partir de 01 de setembro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 28.09.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1990/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 9258, datado de 05 de setembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, AMANDA KARIME CAMARGO SEMENIUK, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Douglas Fabrício, a partir de 01 de setembro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 28.09.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1991/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 9261, datado de 05 de setembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, GIOVANA TROMBINI CHARAVARA, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Fábio Camargo, a partir de 01 de setembro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 28.09.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1992/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 9604, datado de 10 de setembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, LEONIDES TOPAN, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Professor Luizão, a partir de 01 de setembro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 28.09.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1993/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 9601, datado de 18 de setembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, GERSON LUIS DIAS, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Professor Luizão, a partir de 01 de setembro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 28.09.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1994/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 9602, datado de 18 de setembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, ADENOR MANOEL DOS REIS, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Professor Luizão, a partir de 01 de setembro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 28.09.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1995/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 9599, datado de 18 de setembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, FABIANE FERNANDES PROHMANN, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Douglas Fabrício, a partir de 01 de setembro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 28.09.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1996/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 9420, datado de 12 de setembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, MARLY SERA MEIGA, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Carlos Simões, a partir de 01 de setembro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 28.09.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1997/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 9619, datado de 18 de setembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, SELMO CELIO DE OLIVEIRA, do cargo em Comissão, do Gabinete da Liderança do Governo, a partir de 01 de setembro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 28.09.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1998/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 9621, datado de 18 de setembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, ANTONIO CRISTINO, do cargo em Comissão, do Gabinete da Liderança do Governo, a partir de 01 de setembro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 28.09.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1999/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 9616, datado de 18 de setembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, ARAMIS CHAGAS BORGES, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Caíto Quintana, a partir de 01 de setembro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 28.09.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2000/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 9614, datado de 18 de setembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, FABIANO DA CRUZ MACHADO, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Antonio Anibelli, a partir de 01 de setembro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 28.09.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2001/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 9611, datado de 18 de setembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, DIONE BELLANI ROMANZINI, do cargo em Comissão, do Gabinete da Comissão de Indústria, Comércio e Turismo, a partir de 01 de setembro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 28.09.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2002/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 9575, datado de 18 de setembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, ALESSANDRO DA SILVA, do cargo em Comissão, do Gabinete da Presidência, a partir de 01 de setembro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 28.09.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2003/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 9448, datado de 12 de setembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, RICARDO CARVALHO CORREA, do cargo em Comissão, do Gabinete da 1ª Secretaria, a partir de 01 de setembro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 28.09.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2004/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 9607, datado de 18 de setembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, MARIA JOANA NASSAR MACHADO, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Stephanes Júnior, a partir de 01 de setembro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 28.09.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2005/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 9609, datado de 18 de setembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, MÁRIO SÉRGIO DA SILVA, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Stephanes Júnior, a partir de 01 de setembro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 28.09.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2006/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 9591, datado de 18 de setembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, RICARDO RODRIGUES, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Geraldo Cartário, a partir de 01 de setembro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 28.09.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2007/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 9634, datado de 18 de setembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, JOÃO CLAUDEMIR DE ANGELIS, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Mamede, a partir de 01 de setembro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 28.09.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2008/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 9636, datado de 18 de setembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, LUIZ OTTAVIO VEIGA GRECA, do cargo em Comissão, do Gabinete da 5ª Secretaria, a partir de 01 de setembro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 28.09.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2009/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 9680, datado de 18 de setembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, ELOISE LOBO DE ASSIS, do cargo em Comissão, do Gabinete da Liderança do Governo, a partir de 01 de setembro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 28.09.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2010/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 9698, datado de 19 de setembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, ROBERTO COSTA CURTA, do cargo em Comissão, do Gabinete da Administração, a partir de 01 de setembro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 28.09.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2011/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 9699, datado de 19 de setembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, ALUIZIO SEBASTIÃO CRESPO DE OLIVEIRA, do cargo em Comissão, da 1ª Secretaria, a partir de 01 de setembro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 28.09.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2012/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 9701, datado de 19 de setembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, DANIEL CARON DE CASTRO DEUS, do cargo em Comissão, do Gabinete da Deputada Rosane Ferreira, a partir de 01 de setembro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 28.09.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2013/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, GISELE SANTIN DA LUZ, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Nereu Moura, a partir de 01 de setembro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 28.09.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2014/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, ROSALIA DOS SANTOS, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Luiz Carlos Martins, a partir de 01 de setembro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 28.09.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2015/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, DEBORA BUFFARA GAVAZZONI, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Nelson Justus, a partir de 01 de setembro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 28.09.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2016/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, HEBERTY ALEXANDRE IANKAUSKAS, do cargo em Comissão, do Gabinete da Administração, a partir de 01 de setembro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 28.09.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2017/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, SERGIO ALEXANDRE IANKAUKAS JÚNIOR, do cargo em Comissão, do Gabinete da Administração, a partir de 01 de setembro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 28.09.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2018/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, SIMONE SKROCH DOS SANTOS, do cargo em Comissão, do Gabinete da Liderança do PTB, a partir de 01 de setembro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 28.09.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2019/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, FLÁVIA MOREIRA ALCANTARA, do cargo em Comissão, do Gabinete da Diretoria Geral, a partir de 01 de setembro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 28.09.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2020/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, SERGIO FURQUIM FILHO, do cargo em Comissão, do Gabinete da Diretoria Geral, a partir de 01 de setembro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 28.09.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2021/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, CRISTIAN GUIOMAR DA SILVA, do cargo em Comissão, do Gabinete da Diretoria Geral, a partir de 01 de setembro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 28.09.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2022/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, ANTONIO MAXIMILIANO MAT-

TIOLLI, do cargo em Comissão, do Gabinete da Presidência, a partir de 01 de setembro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 28.09.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2023/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, MARCELLE MELLO RODRIGUES, do cargo em Comissão, do Gabinete da Presidência, a partir de 01 de setembro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 28.09.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2024/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, ADACI SAROLI, do cargo em Comissão, do Gabinete da Presidência, a partir de 01 de setembro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 28.09.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2025/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, PAULO GLENIO SIQUEIRA, do cargo em Comissão, do Gabinete da Presidência, a partir de 01 de setembro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 28.09.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2026/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, GUSTAVO EMANUEL CEJAS, do cargo em Comissão, do Gabinete da 1ª Secretaria, a partir de 01 de setembro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 28.09.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2027/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, ADILIO GORDERT SOARES DE
SOUZA, do cargo em Comissão, do Gabinete da 1ª
Secretaria, a partir de 01 de setembro de 2007.
Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 28.09.07.
(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário



S U M Á R I O

DIÁRIO Nº 129 116ª SESSÃO ORDINÁRIA SUMÁRIO Mesa Executiva 37 Presenças 37 Abertura da Sessão 37 Ordem do Dia: Discussão/Votação Redação Final 37 2ª Discussão 37		1ª Discussão37 Encerramento da Sessão41 Publicações: Comissão Executiva Atos.....41 Diretoria Geral Portaria.....46 Ata de Comissão Direitos Humanos e Cidadania ..47 Publicações Administrativas: Solicitação de Pensão47
---	--	---

DIÁRIO Nº 129

116ª SESSÃO ORDINÁRIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 116ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 10 DE OUTUBRO DE 2007

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pela Sra. Deputada Beti Pavin e pelo Sr. Deputado Elio Rusch.

Presenças:

Às dezesseis horas e trinta minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Alexandre Curi, Antonio Belinati, Beti Pavin, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapason, Elio Rusch, Elton Welter, Ribas Carli Filho, Francisco Bühner, Geraldo Cartário, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Malucelli, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Pastor Edson Praczyk, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (27).

Ausentes os Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Artagão Júnior, Caíto Quintana, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Fábio Camargo, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Mauro Moraes, Mamede, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Osmar Bertoldi e Reni Pereira (20).

Ausentes com justificativas os Srs. Deputados: Felipe Lucas, Cida Borghetti, Carlos Simões, Edgar Bueno, Ney Leprevost, Pedro Ivo e Teruo Kato (07).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Ordinária, antecipada do dia 11 de outubro (quinta-feira), conforme requerimento aprovado, de autoria do Deputado Antonio Belinati.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não há expediente a ser lido, nem oradores inscritos no Pequeno e Grande Expediente e nem no Horário das Lideranças.

Ordem do Dia:

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 074/07, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, que declara de utilidade pública o Grêmio Estudantil Cidade Nova - GECINO, com sede e foro no município de Campo Mourão. **Aprovado. (Publ. no DA nº 005/07, de 05/03/07, em Projetos de Lei).**

2ª Discussão

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 495/07, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que autoriza o Poder Executivo a doar ou efetuar cessão de uso à Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos, de imóvel que especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. COM EMENDA DA CCJ.

Está em votação o projeto, ressalvada a emenda. Em votação o projeto. Deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado, artigo por artigo.**

Em votação a emenda. Srs. Deputado que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovada!**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 501/07, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, que denomina de Governador Leonel Brizola a ponte sobre o rio Iguaçu, localizada entre os municípios de Realeza e Capitão Leônidas Marques. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 503/07, de autoria do Deputado Dr. Batista, que altera a alínea "f", do artigo 6º, da Lei nº 12327, de 21 de setembro de 1998, que dispõe sobre as atividades de Despachantes de Trânsito. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CS. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 524/07, de autoria do Deputado Professor Luizão, que autoriza o Poder Executivo a doar à Companhia de Habitação do Paraná -

COHAB, o imóvel que especifica, localizado no município de Pinhais. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 203/07, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, que dispõe sobre a padronização de documentos públicos do estado do Paraná em formato ODF. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, COPTC E CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 021/07, de 03/04/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 203/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de lei de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk tem como escopo dispor sobre a padronização de documentos públicos do estado do Paraná em formato ODF na administração pública direta e indireta.

Fundamentação

O Governo do Estado do Paraná, através da CELEPAR, já vem implantando o uso do formato ODF. Entretanto, não há nenhum óbice no projeto de lei, uma vez que ele é meramente orientativo, apenas recomendado a adoção do referido formato. Não existe lei sobre o assunto e nem a Constituição faz alguma vedação explícita sobre o assunto. Sendo assim:

Art. 25. Os estados organizam-se e regem-se, pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.

§ 1º São reservadas aos estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição.

Quanto à técnica legislativa, o projeto em questão não apresenta nenhum óbice frente à Lei Complementar nº 095/98.

Conclusão

Desta forma, tendo em vista a constitucionalidade do projeto apresentado, esta comissão opina por sua aprovação.

Sala das Comissões, em 04.09.07.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente

DOUGLAS FABRÍCIO - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO. PROJETO DE LEI Nº 203/07

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, dispõe sobre a padronização de documentos públicos do estado do Paraná, em formato ODF.

Fundamentação

A matéria já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, que analisou sob o aspecto constitucional e legal.

Conclusão

Tendo em vista que o presente projeto de lei visa recomendar a adoção de um padrão na criação e na distribuição de documentos públicos do estado do Paraná, utilizando-se do formato Open Document Format - ODF, a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação apresenta parecer favorável ao projeto de lei, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 19.09.07.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente

ADEMAR TRAIANO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 203/07

P A R E C E R :

Relatório

Proposto pelo ilustre Deputado Pastor Edson Praczyk, o presente projeto de lei tem por finalidade determinar que todos os documentos elaborados pelos órgãos e entidades da administração direta e indireta, entre as quais as autarquias e as fundações do estado do Paraná, quando de sua criação e distribuição, sejam os mesmo padronizados em formato Open Document Format, ou mais conhecidos por padrão ODF.

No entanto, talvez por admitir ainda eventuais dificuldades ou mesmo casos em que se torne impossível esta prática, a proposta de se tornar obrigatório o uso deste formato foi relativizado, vez que se utilizou no texto da norma proposta a palavra “preferencialmente” para determinar a adoção do formato ODF, o que torna a obrigação em uma recomendação.

A justificativa para recomendar a introdução deste formato padrão na criação e distribuição de documentos públicos no estado, segundo o autor da proposição, é para viabilizar a utilização de programas livres em informática, a qual deve ser incentivada em todo o estado.

Voto do Relator

Como cabe a esta órgão técnico o exame da proposição quanto à sua compatibilização ou adequação com o plano plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o orçamento anual, conforme estabelece o artigo 33, parágrafo 3º, do Regimento Interno da Casa, entendemos que a recomendação ora proposta não importa em gastos que necessitem de alteração ou previsão específica no orçamento do estado.

Não se tratando de qualquer repercussão no orçamento anual do estado, nem em cumprimento de outras normas específicas de ordem financeiro-orçamentária, somos pela compatibilidade e adequação orçamentária e financeira do Projeto de Lei nº 203/07.

Quanto ao mérito da proposta de legislação submetida a esta comissão, entendemos também ser louvável,

pois a possibilidade de uso de programas livres deve ser uma conquista da sociedade, e para que isso ocorra, todos os meios possíveis para sua prática deve ser incentivado, e em especial aos órgãos e entes públicos. E neste sentido, o uso do padrão ODF é indispensável para a utilização destes programas livres.

Somos, portanto, pela aprovação do presente projeto de lei de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk.

Sala das Comissões, em 19.09.07.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente

ELTON WELTER - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 506/07, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que inclui na malha rodoviária estadual trecho de estrada municipal ligando Renascença a Bom Sucesso do Sul. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 080/07, de 12/07/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 506/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto apresentado pelo Deputado Caíto Quintana recebeu parecer desfavorável em análise prévia ao passar pelo crivo da douta CCJ quanto aos aspectos da sua constitucionalidade e legalidade.

Contudo, *data vênia*, somos de parecer contrário a posição elaborada pela diletta CCJ pelas razões que adianta aduzimos. Entende este Relator que a estadualização de estradas municipais na medida em que as regiões se desenvolvem economicamente passam por transformações de toda ordem, e o que era apenas uma pequena estrada de acesso ou ligação passam a ser utilizadas como verdadeiras rodovias de desenvolvimento econômico, quer seja na área turística, quer na área econômica e de crescimento e infra-estrutura.

A justificativa trazida no bojo da propositura do projeto de lei é relevante, senão vejamos: o trecho atualmente é calçado em pedras irregulares na extensão de aproximadamente 20 quilômetros e apresenta-se intrafegável em alguns trechos com inúmeros defeitos, falta de manutenção e inservível para o intenso tráfego atualmente existente.

A estrada, além de ligar os municípios em comento, passa pelo Santuário de Nossa Senhora Salete, em Rio Elias localizado nas divisas dos referidos municípios. A comunidade de Rio Elias é um importante pólo turístico religioso para toda região sudoeste do estado do Paraná e oeste de Santa Catarina, recebendo romeiros de vários estados da federação e até de países vizinhos, como a Argentina, Uruguai e Paraguai quando da realização de romaria de Nossa Senhora da Salete, que ocorre no 3º domingo do mês de setembro, quando se reúnem por volta de 30 mil pessoas.

Não foi sem razão que esta Casa aprovou e o Governo sancionou a Lei nº 12260/00 que instituiu o município de Renascença como pólo turístico religioso - Santuário Nossa Senhora Salete, incluindo o evento no calendário oficial turístico do estado. Além disso, a região é grande produtora de soja, milho, leite, frango e trigo.

Assim que estadualização desta estrada só contribuirá para o crescimento da região, propiciando escoamento de toda produção e facilitando o acesso entre Renascença e outros municípios de grande importância na região.

Fundamentação

Primeiramente é importante verificar se a iniciativa para legislar cabe a membro da Assembléia Legislativa, ou se está entre os assuntos cuja iniciativa é privativa do Poder Executivo. Para elucidar a questão devemos observar o preceito contido no artigo 53 da Constituição Federal.

Art. 53. Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do estado, especificamente:

...

XVII - matéria da legislação concorrente da Constituição Federal;

Pela dicção textual do artigo 66 da Constituição Estadual, é atribuída competência privativa do Governador, *literis*:

Art. 66 Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do estado as leis que disponham sobre:

...

IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública. Como bem visto, o texto constitucional de ambas as Constituições dispensam atenção precípua mandamental às questões de ordem desenvolvimentista, podendo ambos os Poderes constituídos legislarem concorrentemente sobre matéria comum, sendo perfeitamente factível e legal a iniciativa da origem da lei em comento, não havendo espaço nem de longe à arguição de vício de origem.

A iniciativa privativa do Poder Executivo, elencadas no artigo 66 da Constituição Estadual, especificamente as do inciso IV, que versa sobre a criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública tem alcance amplo e o seu enunciado está no plural - "das Secretarias", dando a entender que referidas atribuições são concernentes às suas finalidades existenciais, ou seja, atribuições no sentido *lato senso*, funcional.

A própria CCJ, ao citar o referido artigo 66 da Constituição Estadual em análise prévia, assim se expressou: "pode-se dizer então, que as atribuições à Secretaria de Estado dos Transportes já lhe foram dadas, e dentre

elas está verificar a necessidade de inclusão ou exclusão de algum trecho da malha rodoviária de sua administração..."

Portanto, o presente projeto de lei, longe de criar atribuições de cunho funcional à citada Secretaria, inclui um trecho de estrada municipal na malha rodoviária, atribuição esta já prevista constitucionalmente àquela Secretaria, criando ao incluir trecho municipal na malha rodoviária estadual, quando no muito, despesas decorrentes da sua aplicação, no tempo e no espaço.

Assim que não há vício de substância, vício material, o projeto não define atribuições funcionais das Secretarias, no caso a dos transportes. Por este viés, a presente proposição de lei enquadra-se perfeitamente nos princípios da constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa.

Por todo exposto e por tudo o que se pode extrair da análise prévia da CCJ, infere-se conclusivamente que não existe a vedação de se legislar em matéria desta natureza, podendo a Assembléia Legislativa valer-se da competência conferida no artigo 53, XVII, da Constituição Estadual para exercer sua prerrogativa.

Conclusão

Estando o projeto enquadrado dentro da técnica legislativa, Lei nº 095/98, atendendo os pressupostos mandamentais da constitucionalidade e da legalidade, somos de parecer pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 11.09.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
ARTAGÃO JÚNIOR - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES
E COMUNICAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 506/07

P A R E C E R :

Tem o presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Caíto Quintana, a finalidade de determinar a inclusão de trecho de estrada municipal, ligando Renascença a Bom Sucesso do Sul, com uma extensão de 20 (vinte) quilômetros.

Trata-se de uma iniciativa merecedora de apoio, visto a importância do trecho de rodovia que liga os dois municípios e ainda favorecerá melhor acesso entre Renascença e os municípios de Itapejara d'Oeste, Coronel Vivida, Chopinzinho, São João e São Jorge d'Oeste.

De responsabilidade do estado, entende-se que o trecho deverá ter início de obras de pavimentação asfáltica e melhorias mais rapidamente, o que é aguardado pela população e os usuários por longos anos.

Analisando a matéria e em conformidade com o parecer muito bem fundamentado pelo Relator Deputado Artagão Júnior, aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça - CCJ, quanto a legalidade e constitucionalidade e, sendo matéria de relevante interesse da população dos

municípios daquela região, oferecemos parecer favorável, recomendando sua aprovação.

Sala das Comissões, em 19.09.07.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 587/07, de autoria do Deputado Dr. Batista, que cria o Programa Estadual de Acompanhamento Médico da Criança de 0 a 2 Anos no Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CSP. **Aprovado. (Publ. no DA nº 092/07, de 14/08/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 587/07

P A R E C E R :

Relatório

O Projeto de Lei nº 587/07, de autoria do Deputado Dr. Batista, objetiva a criar o Programa Estadual de Acompanhamento Médico da Criança de 0 a 2 Anos no Estado do Paraná.

Fundamentação

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta Comissão de Constituição e Justiça se manifestar, não foi encontrado nenhum óbice de natureza legal ou constitucional, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa do nobre Deputado Dr. Batista, estando, portanto, presente o princípio da admissibilidade.

Conclusão

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 04.09.07.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 587/07

P A R E C E R :

O nobre Deputado Dr. Batista está de parabéns pela feliz iniciativa de submeter à apreciação desta Casa, projeto que cria o Programa Estadual de Acompanhamento Médico da Criança de 0 a 2 Anos no Estado do Paraná.

Este projeto, virando lei, trará enorme benefício para os paranaenses. Como mesmo justifica o nobre autor deste projeto de lei, ele daria continuidade ao pré-natal à aqueles que não possuem recursos para custear as consultas médicas. Há de ressaltar que virando lei, este projeto, tem como principal objetivo salvar vidas, desta forma, permitindo que as crianças tenham melhor qualidade de vida.

Louvo a inteligência do ilustre Deputado Dr. Batista que, com a proposição em questão, reafirma seu respeito com todos os cidadãos paranaenses.

Este projeto não causa nenhum impacto financeiro aos cofres públicos do estado, por isso meu parecer é pela sua aprovação, renovando a homenagem deste Relator ao Dr. Batista, que honra e dignifica seu mandato parlamentar.

Sala das Comissões, em 19.09.07.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
ANTONIO BELINATI - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 587/07

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 587/07, de autoria do Deputado Dr. Batista, objetiva criar o Programa de Acompanhamento Médico da Criança de 0 a 2 Anos no Estado do Paraná.

A proposição já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, quanto à legalidade e constitucionalidade da mesma. Chamada a opinar, a Comissão de Saúde Pública acompanha os pareceres das Comissões de Constituição e Justiça e, também, da Comissão de Finanças, entendendo que o mesmo trará às crianças um acompanhamento justo, que objetiva salvar vidas.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à matéria, emite seu parecer favorável à proposição.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.10.07.

(aa) NEY LEPREVOST - Presidente
MARCELO RANGEL - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 031/07, de autoria da Comissão de Tomadas de Contas, que aprova o ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, mês de setembro de 2007, Resolução nº 003/04. **PARECER FAVORÁVEL DA CTC. Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 031/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º Fica aprovada a prestação de contas da verba de ressarcimento para atender despesas dos Srs. Deputados, referente ao mês de setembro de 2007, conforme Resolução nº 003/04, de 15 de março de 2004.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 09.10.07.

(a) COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Apoiamento:

Douglas Fabrício, Dobrandino da Silva, Francisco Bühner, Ribas Carli Filho e Elio Rusch.

**COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 031/07**

P A R E C E R :

Encaminhada a esta Comissão de Tomada de Contas a proposição em tela, prestando contas da verba de créditos para atender ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, referente ao mês de setembro de 2007, conforme Resolução nº 003/04, de 15 de março de 2004.

Entende este Relator, após análise dos documentos entregues, que as despesas constantes da Proposição nº 031/07, encontram-se de conformidade com a legislação em vigor, não restando qualquer dúvida quanto à exatidão das contas apresentadas, atendendo sua regulamentação, concluindo pelo parecer favorável - aprovado.

É o parecer favorável - aprovado.

Sala das Comissões, em 09.10.07.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente

EDSON STRAPASSON - Relator

Encerramento da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para o dia 15, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 008, 536 e 579/07; e do Projeto de Resolução nº 025/07.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 495/07.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 203, 506 e 587/07; e do Projeto de Resolução nº 031/07.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 526/07.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Comissão Executiva

Atos

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 955/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo

em vista o que consta do processo protocolado sob nº 2071, datado de 14 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover RODRIGO SOPPA, para exercer cargo em Comissão, junto a 2ª Secretaria, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 136/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 1090, datado de 14 de fevereiro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover GISELE GULIN RIBEIRO, para exercer cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenadora da Coordenadoria do Cerimonial, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 28.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 958/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 2074, datado de 14 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover ROSANGELA GUIMARÃES BITENCOURT, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Dobrandino da Silva, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 962/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 2078, datado de 14 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover CLAUDIONOR ALVES DE OLIVEIRA, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Mauro Moraes, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 961/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 2078, datado de 14 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover WALDECI XAVIER DE OLIVEIRA, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Mauro Moraes, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 960/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 2078, datado de 14 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover ADRIELE MARIA TEIXEIRA DA COSTA, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Mauro Moraes, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 963/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 2078, datado de 14 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover MARCIO EDUARDO MALAGE, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Mauro Moraes, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 975/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 2581, datado de 28 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover JOÃO APARECIDO DE FREITAS, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Rui Hara, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 974/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 2581, datado de 28 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover MAURO EIDI HAMASAKI, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Rui Hara, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 973/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 2581, datado de 28 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover RUI HIROSHI KURIYAMA, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Rui Hara, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 972/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 2581, datado de 28 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover REGINALDO GONÇALVES DE CARVALHO, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Rui Hara, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 971/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 2581, datado de 28 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover RAMIRO MASSATOSHI HARA, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Rui Hara, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 970/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 2581, datado de 28 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover JULIANO GONÇALVES RUAS LUCAS, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Tadeu Veneri, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 977/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 2581, datado de 28 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover ROSALINDA DA SILVA, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Mamede, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 976/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 2581, datado de 28 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover NEUSA LEIKA KURIYAMA, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Rui Hara, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 978/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 2584, datado de 28 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover GEHAD ISMAIL HAJAR, para exercer cargo em Comissão, junto a 1ª Secretaria, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 979/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 2583, datado de 28 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover VITOR LOYOLA, para exercer cargo em Comissão, junto a 1ª Secretaria, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 980/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 2586, datado de 28 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover DINORAH BOTTO PORTUGAL NOGARA, para exercer cargo em Comissão, junto a 1ª Secretaria, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 981/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 2587, datado de 28 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover CARLOS LUIZ DE ALBUQUERQUE MARANHÃO NETO, para exercer cargo em Comissão, junto a 1ª Secretaria, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 956/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 2071, datado de 14 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, RAFAELA RONSANI, do cargo em Comissão, da 2ª Secretaria, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 959/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 2074, datado de 14 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, ELTON CLYVERSON NIEDZWI-EDZ, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Dobrandino da Silva, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 969/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 2079, datado de 15 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, JOSÉ MARCIANO PEREIRA, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Mauro Moraes, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 968/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 2079, datado de 15 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, JULIO CEZAR CHAVES FILHO, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Mauro Moraes, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 967/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 2079, datado de 15 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, REGINA MARIA DE OLIVEIRA, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Mauro Moraes, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 966/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 2079, datado de 15 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, VALDEMIR DA COSTA LIMA, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Mauro Moraes, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 965/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 2079, datado de 15 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, DULCE MARI BORSATTI PEDROSO, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Mauro Moraes, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 964/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 2079, datado de 15 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, BRUNO SERRA DE MEDEIROS, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Mauro Moraes, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 690/06

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições.

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, FRANCISCO ALVES DE MOURA, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Nereu Moura, a partir de 01 de fevereiro de 2006.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 28.02.06.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

Diretoria Geral

Portarias

PORTARIA Nº 191/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, com fulcro no artigo 307 e seguintes da Lei nº 6174/70, e no uso de suas atribuições prevista no artigo 8º do Decreto Legislativo nº 52/84,

R E S O L V E :

a) Instaurar sindicância, visando a apurar os fatos narrados no protocolado sob nº 9183/07, que contém comunicação do Diretor de Pessoal sobre faltas de funcionários;

b) Designar o funcionário Hestevard Martim, matrícula nº 40059, como Presidente da Comissão de Sindicância, a quem ficam delegados os poderes necessários para tanto, atuando como secretario o servidor Jose Carlos Pereira Portela, matrícula 579 e como membro, o servidor Ruy Carneiro Teixeira Filho, matrícula 40642, assinalando o prazo de quinze (15) dias, improrrogáveis, a partir da data de seu início, para a apresentação de relatório conclusivo, de acordo com o artigo 310 e que deverá responder aos quesitos do artigo 312, da Lei nº 6174/70 (Estatuto dos Funcionários Públicos do Paraná);

c) Atribuir caráter reservado para apuração das investigações para preservação dos próprios sindicatos e eventuais servidores envolvidos.

Gabinete da Diretoria Geral, em 24.09.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 218/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 10262, datado de 04 de outubro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder, licença para tratamento de saúde da servidora deste Poder Legislativo, DOROTI LINHARES, matrícula nº 88, de trinta (30) dias, a partir de 02 de outubro de 2007, CID.M.54-4.

Gabinete da Diretoria Geral, em 09.10.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 219/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 10261, datado de 04 de outubro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder, licença para tratamento de saúde da servidora deste Poder Legislativo, IRACI TORELLI PIRES, matrí-

cula nº 40194, de sessenta (60) dias, a partir de 19 de setembro de 2007, CID.M.54-5 e M 50.1.

Gabinete da Diretoria Geral, em 09.10.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 220/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 10047, datado de 01 de outubro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder, licença para tratamento de saúde da servidora deste Poder Legislativo, VERA LUCIA DOS SANTOS DE LIMA, matrícula nº 40019, de sessenta (60) dias, a partir de 21 de setembro de 2007, CID X G 43.0.F 32.1 e F 32.2.

Gabinete da Diretoria Geral, em 09.10.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 221/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 10023, datado de 01 de outubro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder, licença para tratamento de saúde da servidora deste Poder Legislativo, DIRLEI THEREZINHA SPAGNOL DE MOURA, matrícula nº 41059, de cento e vinte (120) dias, a partir de 24 de setembro de 2007, CID. 10 - S93.4 F.43.2 T80.2. I83.9 + I05.9.

Gabinete da Diretoria Geral, em 09.10.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 222/2007

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6997, datado de 11 de julho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder, licença para tratamento de saúde da servidora deste Poder Legislativo, MARIA CELUTA TAVARES, matrícula nº 83, de sessenta (60) dias, a partir de 26 de setembro de 2007, CID.X.I.25-1.

Gabinete da Diretoria Geral, em 09.10.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 223/2007

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 10191, datado de 03 de outubro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

colocar, SANDRA REGINA BARROS, matrícula nº 40420, servidora estatutária desta Casa, à disposição do Gabinete do Deputado Luiz Nischimori, com ônus para órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, em 09.10.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 224/2007

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 10018, datado de 28 de setembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

colocar, MARCIA DO ROCIO REMINS, matrícula nº 40628, servidora desta Casa, à disposição do Diário da Assembléia, da Diretoria Legislativa, com ônus para órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, em 09.10.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

Diretoria Geral

Portarias

PORTARIA Nº 130/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 7252, datado de 13 de julho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prorrogar, a disposição para prestar serviços junto a Diretoria do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, na qualidade de Diretor-Financeiro, o servidor deste Poder Legislativo, PAULO CESAR FIATES FURIATI, matrícula nº 623, até 31 de dezembro de 2007, sem ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, em 24.07.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 212/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 9670, datado de 24 de setembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar contar, em favor de NILZA SANTOS AZEVEDO, matrícula nº 40783, funcionária desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, nível NTB-02, lotada na Diretoria de Serviços Especiais, 06 meses relativo ao dobro de uma

licença especial, por não haver se afastado do exercício de suas funções, durante o quinquênio compreendido entre 21.12.92 e 21.12.97, nos termos do artigo 248, da Lei nº 6174/70.

Gabinete da Diretoria Geral, em 09.10.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 213/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 9534, datado de 17 de setembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar averbar na ficha funcional, de IRENE ALVES DE LIMA, matrícula nº 40750, funcionária desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Recepcionista, nível NBB-03, lotada na Coordenadoria de Serviço Médico, o tempo de contribuição de 13 anos, 02 meses e 18 dias, contado para efeito de aposentadoria e disponibilidade, nos termos do parágrafo 9º, do artigo 201, da Constituição Federal, já descontado o tempo em paralelo, referente aos seguintes períodos de tempo conforme Certidão do INSS, em anexo: de 02.07.73 a 02.01.76 em que trabalhou na Melhem Representações e Indústria Ltda., de 27.12.76 a 28.02.79 em que trabalhou na Sinoda Construções S/A; de 11.11.81 a 21.09.82 em que trabalhou no Consórcio Nasser S/C Ltda. Massa Falida; de 01.08.83 a 27.08.84 em que trabalhou na Construtora Carpizza Ltda.; de 01.02.85 a 31.07.85 em que trabalhou na Panificadora Rex Ltda.; de 02.05.86 a 20.08.86 em que trabalhou na Recontel Sistemas de Segurança Ltda.; de 12.01.65 a 07.07.66 em que trabalhou na Cia. Força e Luz do Oeste; de 07.08.66 a 31.05.68 em que trabalhou na Paraná Diesel Ltda.; de 01.11.69 a 15.07.70 em que trabalhou para Jose Tecley; e de 03.11.70 a 31.10.72 em que trabalhou na Irmaõs Karam Cia. Ltda.

Gabinete da Diretoria Geral, em 09.10.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 214/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 9016, datado de 06 de agosto de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar incorporar ao acervo público de JOSE NATALIO DE CASTRO E SILVA, matrícula nº 40067, funcionário desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Auxiliar de Plenário, nível BTA-4, lotado na Diretoria de Assistência ao Plenário, 06 meses relativo ao dobro de uma licença especial, por não haver se afastado do exercício de suas funções, durante o quinquênio compreendido entre 22.12.92 e 21.12.97, de acordo com o parágrafo 3º

do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 020/98 e nos termos do artigo 248, da Lei nº 6174/70.

Gabinete da Diretoria Geral, em 09.10.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 215/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8883, datado de 28 de agosto de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar incorporar ao acervo público de SANDRA MARIA BOBKO, matrícula nº 40334, funcionário desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, nível NTB-03, 06 meses relativo ao dobro de uma licença especial, por não haver se afastado do exercício de suas funções, durante o quinquênio compreendido entre 22.12.92 e 21.12.97, de acordo com o parágrafo 3º do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 020/98 e nos termos do artigo 248, da Lei nº 6174/70.

Gabinete da Diretoria Geral, em 09.10.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 216/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 9756, datado de 20 de setembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar contar em favor de MARCOS ANTONIO DE SOUZA, matrícula nº 40933, funcionário desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, nível NTB-01, lotado na Diretoria de Serviços Especiais, 06 meses relativo ao dobro de uma licença especial, por não haver se afastado do exercício de suas funções, durante o quinquênio compreendido entre 22.12.92 a 21.12.97, nos termos do artigo 248, da Lei nº 6174/70.

Gabinete da Diretoria Geral, em 09.10.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 217/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 9800, datado de 21 de setembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar contar, em favor de VALDIR MASAMI UEDA, matrícula nº 40179, funcionário desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Consultor Administrativo, nível NUD-02, lotado na administração, 06 meses rela-

tivo ao dobro de uma licença especial, por não haver se afastado do exercício de suas funções, durante o quinquênio compreendido entre 21.12.92 a 21.12.97, nos termos do artigo 248, da Lei nº 6174/70.

Gabinete da Diretoria Geral, em 09.10.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

Ata de Comissão

Direitos Humanos e Cidadania

COMISSÃO DE DIREITOS
HUMANOS E CIDADANIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dois dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Direitos Humanos e Cidadania, sob a Presidência do Deputado Francisco Bühner, com a presença dos seguintes senhores Deputados: Tadeu Veneri, Reni Pereira, Antonio Belinati e Mamede. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos passando para Ordem do Dia. 01) Projeto de Lei nº 579/07, de autoria do Deputado Fábio Camargo, que institui o dia 20 de novembro com “Dia Estadual da Consciência Negra”. Relator Deputado Tadeu Veneri. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 2) Projeto de Lei nº 616/07, de autoria do Deputado Dr. Batista, que cria o “Programa Poupatempo - Centrais de Atendimento ao Cidadão”. Relator Deputado Antonio Belinati. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eduardo Freyer de Azevedo, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelo Sr. Presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) FRANCISCO BÜHRER - Presidente

Eduardo Freyer de Azevedo - Secretário

Publicações Administrativas:

Solicitação de Pensão

SOLICITAÇÃO DE PENSÃO

Protocolo: 8468/07

Data: 20/08/07

Interessado: MARILIA DE SOUZA CANABRAVA

Assunto: Solicitação de Pensão

DESPACHO

- 1) Acato Parecer 161/07, da Procuradoria. INDEFIRO.
- 2) Ao DL: publique-se.
- 3) Ao Sr. Diretor Geral para dar ciência à interessada. Arquive-se.

Curitiba, 11.09.07.

(a) NELSON JUSTUS - Presidente